

República Federativa do Brasil
ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIX — 80ª DA REPÚBLICA — Nº 21.856

BELEM — QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1970

GOVERNADOR DO ESTADO — Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
VICE-GOVERNADOR — Dr. JOAO RENATO FRANCO

LEIA
NESTA
EDIÇÃO

DECRETOS
Nos. 7168 e 7169
PORTARIAS
Nos. 1220, 1221 e 1222
DECRETOS
Do Governo do Estado
— x —
RESOLUÇÕES Nos. 54, 55,
58, 59, 60 e 61/70
Do Conselho Estadual
de Educação
— x —
ATAS DE
ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA
Da Fazenda
Nova Viena S. A.
Da Vidros Industriais
do Pará S/A.
— x —
BALANÇO GERAL
DEMONSTRATIVO DA
CONTA "LUCROS E
PERDAS", EM 30/06/70
Do Banco Comercial
da Produção S. A.
— x —
ATA DE ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA
De Marques Pinto,
Exportação S. A.
— x —
RESOLUÇÕES
Nos. 479 e 480/70
ATO N. 25
Da Justiça do Trabalho

SECRETARIADO

Chefe do Gabinete Civil — Sr. ALDO BERNAL DE ALMEIDA

Chefe do Gabinete Militar — Ten. Cel. WALTER SILVA

Secretário de Estado de Governo — Sr. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Resp. pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça — Dr. SALVADOR RANGEL DE BORBOREMA

Secretário de Estado da Fazenda — General R-1 RUBENS LUZIO VAZ

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas — Eng. JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Secretário de Estado de Saúde Pública — Dr. FERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA

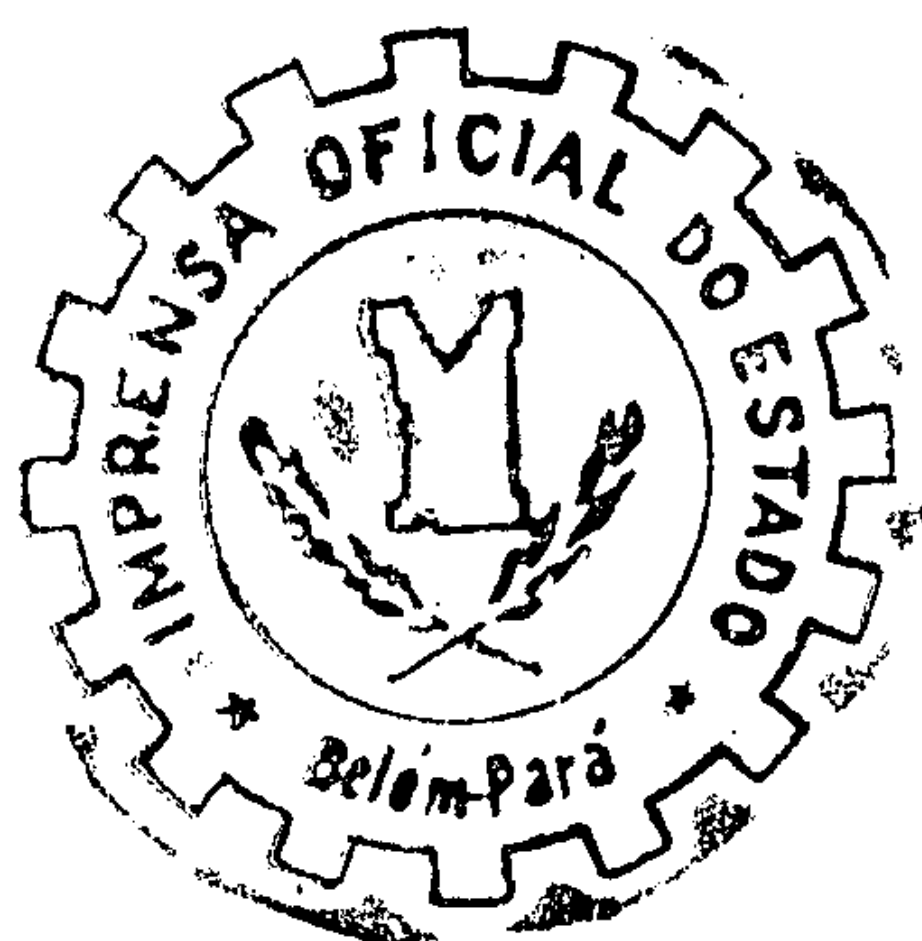
Secretário de Estado de Educação — Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA

Secretário de Estado de Agricultura — Eng. Agr. LAUDE- LINO PINTO SOARES

Secretário de Estado de Segurança Pública — Major R-1 ANTONIO CALVIS MOREIRA

Procurador Geral do Estado — Des. MOACIR GUIMARAES MORAIS

Departamento do Serviço Público — Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO



Directoria, Administração, Redação e Oficinas:
Av. Almirante Barroso, n. 735 — Fone: 9998
Belém-Pará

Diretor Geral:
Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Redator-Chefe:
Prof.^o EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Assinaturas	Cr\$	Venda de Diários	Cr\$
Número avulso	0,35	Número atrasado ao ano, aumento	0,10
NA CAPITAL:		Publicações	
Anual	75,00	Página comum-cada centímetro	2,50
Semestral	37,50	Página de Contabilidade - preço fixo	300,00
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS			
Semestral	42,50		
Anual	85,00		

As Reparações publicas devem ser feitas a qualquer hora, destinada à publicação no horário das 07.30 às 12.00 horas, diariamente, excetuando os sábados.

As reclamações nos casos de erros ou omissões, devem ser formuladas através de petição ou ofício, diretamente ao Gabinete do Diretor, no máximo 24 horas após a circulação do Diário, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.

As publicações grátis e pagas só serão recebidas se estiverem acompanhadas de ofício ou memorando da parte interessada.

As assinaturas, tanto da Capital como do Interior ou outros Estados, serão aceitas em qualquer época e as vencidas e não renovadas deixarão de ser remetidas automaticamente.

Os pagamentos de Publicações e assinaturas deverão ser, feitos preferencialmente em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

Os funcionários públicos estaduais, terão uma redução de 50% na assinatura anual do Diário Oficial.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 7162 — DE 26 DE AGOSTO DE 1970

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 para atender despesas da Secretaria de Estado da Fazenda.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, item IV, da Constituição do Estado do Pará, e de acordo com a autorização contida no artigo 4º do Decreto-lei nº 53, de 22 de agosto de 1969, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1970; republicada no DIÁRIO OFICIAL número 21.693, de 30 de dezembro de 1969,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, no Orçamento vigente do Estado, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), para atender despesas a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, constantes do respectivo Orçamento Analítico.

Parágrafo único — O crédito suplementar de que trata este artigo terá a seguinte especificação:

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Código	Especificação da Despesa	Valor
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	
06.00	Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis	30.000,00
07.00	Serviços de divulgação, impressão e encadernação	10.000,00
08.00	Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciais	5.000,00
10.00	Locação de bens móveis e imóveis tributos e despesas de condomínio	5.000,00
13.00	Fornecimento de alimentação	3.000,00
17.00	Outros serviços de terceiros	42.000,00
		Cr\$ 100.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar definido no artigo anterior correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado, oriundos do excesso de arrecadação.

Art. 3º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 26 de agosto de 1970.

Des. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES
Governador do Estado, em exercício

GEORGENOR DE SOUZA FRANCO
Secretário de Estado de Governo

Gen. R-1 RUBENS LUZIO VAZ
Secretário de Estado da Fazenda
(G. — Reg. n. 13.346)

DECRETO N. 7169 DE 26 DE AGOSTO DE 1970

Autoriza a Secretaria de Estado de Agricultura a celebrar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e,

Considerando a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, contida no Decreto Legislativo n. 11, de 21 de agosto de 1970.

DECRETA:

Art. 1º — Fica a Secretaria de Estado de Agricultura, autorizada a celebrar uma operação de crédito com o Banco do Brasil S/A.

Art. 2º — A operação de crédito autorizada no artigo precedente é destinada ex-

clusivamente à aquisição de sementes de juta ou malva, no preço de até Cr\$ 1,88 (um cruzeiro e sessenta e oito centavos) a unidade.

§ 1º — A sacaria adquirida na forma deste artigo deverá ser revendida a produtores rurais e suas cooperativas.

§ 2º — O preço da revenda, será o da aquisição, acrescido, apenas das despesas de juros bancários, armazenamento, conservação e transporte.

Art. 3º — O prazo do contrato a ser firmado com o Banco será de dezoito (18) meses e os juros serão de doze por cento (12%) ao ano.

Art. 4º — A aquisição da

sacaria devera ser feita mediante concorrência pública ou coleta de preços.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 26 de agosto de 1970.

Desemb. AGNANO MONTEIRO LOPES

Governador do Estado, em exercício

Georgenor de Sousa Franco
Secretário de Estado de Governo

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz
Secretário de Estado da Fazenda

Laudelino Pinto Soares
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 13.342)

PORTARIA N. 1220 — DE 25 DE AGOSTO DE 1970

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO os termos do ofício n. 137/70, datado de 17.08.70, do Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Pará, protocolado na SEGOV sob o n. 01464, em 19.08.70,

RESOLVE:

Dispensar de assinatura do "ponto" os servidores estaduais que venham participar do XIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, a realizar-se na cidade de Salvador, no período de 27 a 30 do corrente mês.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 25 de agosto de 1970.

Desemb. AGNANO MONTEIRO LOPES

Governador do Estado, em exercício
(G. Reg. n. 13.343)

PORTARIA N. 1221 — DE 25 DE AGOSTO DE 1970

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 6º do Decreto-lei n. 198, de 24 de março de 1970, autorizar a cessão pela Secretaria de Estado da Fazenda, ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

do do Pará (IPASEP), mediante indenização, do material a seguir discriminado:

2 (duas) máquinas de contabilidade "NCR", modelo 160 123-2-10P-14-A-V, — números 2-1-069-487 e 2-1-069-491, ao preço unitário de Cr\$ 10.072,00 (Dez Mil e Setenta e Dois Cruzeiros).

A autorização em apreço justifica-se pelo fato do material em causa não estar sendo utilizado pelo Departamento de Receita da Secretaria de Estado da Fazenda sendo porém de grande necessidade aos serviços do IPASEP.

Em consequência, a Secretaria de Estado da Fazenda providenciará a entrega do material acima ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IPASEP), e esta a respectiva indenização no valor total de Cr\$ 20.144,00 (Vinte Mil, Cento e Quarenta e Quatro Cruzeiros), à conta dos recursos próprios.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 25 de agosto de 1970.

Desemb. AGNANO MONTEIRO LOPES

Governador do Estado, em exercício
(G. Reg. n. 13.344)

PORTARIA N. 1222 — DE 26 DE AGOSTO DE 1970

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n. 8009/70|DSP,

RESOLVE:

Designar Zayda Zilma de Paiva e Silva, ocupante do cargo em comissão de Secretário, Símbolo CC-15, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Saúde Pública, para responder pelo expediente da diretoria do referido Departamento.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 26 de agosto de 1970.

Desemb. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES

Governador do Estado em exercício
(G. Reg. n. 13.345)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600 de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Elvira da Silva Melo, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Floriano Peixoto), 40 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 15 de janeiro a 23 de fevereiro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10363)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Elody Ferreira Cordeiro, ocupante do cargo de Inspetor de Ensino Primário, Nível EP 4, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (FEP), dois (2) anos de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10364)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Esmeralda Barbosa de Moura Trindade, ocupante do cargo de Inspetor de Alunos, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (C. E. Paes de Carvalho), 120 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 25 de maio a 21 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10365)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Eunice Barros Marinho, ocupante do cargo de Supervisor do Ensino Primário, Nível EP 4, do Quadro Especial do Magistério, lotado no De-

partamento de Educação Primária (serve na Div. de Supervisão da SEDUC), 90 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 4 de maio a 1º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Seg. n. 10366)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Francisca do Carmo Estumano Gaia**, ocupante do cargo de Professor Regente, Nível EP 2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (C. E. D. Romualdo de Seixas — Cametá), 30 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 31 de março a 29 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10367)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a

Benedita Gonçalves Ribeiro, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. I. de Vila Fátima — Bragança), 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 27 de abril a 26 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10345)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Alexandre Abraão Soares**, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Sto. Antonio do Tauá), 60 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 28 de abril a 26 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10333)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Antonia Coêlho Rodrigues**, ocupante do cargo de Ser-

vente, Nível 1, do Quadro de Educação Primária (G. E. Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Arthur Porto), 45 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 19 de abril a 2 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10339)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Arthur da Luz Ramos**, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Barão do Rio Branco), 45 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 15 de maio a 28 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10340)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Ana Rita Corrêa David**, ocupante do cargo de Professor Regente, Nível EP 2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento

de Educação Primária (G. E. Fulgêncio Simões — Alenquer), 40 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 28 de abril a 6 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10341)

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Antônia Guedes da Silva**, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (Grupo Escolar Olavo Bilac — Irituia), 45 dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 18 de maio a 1 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 10342)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a **Nilce Nazaré dos Santos Monteiro**, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Pri-

maria (E. de Aplicação Serra Freire), 180 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 28 de abril a 24 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10461)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 105, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Olga da Silva Sousa, Diarista da Secretaria de Estado de Educação (G. E. Ezeriel M. Matos — Santa-rém), 30 dias de licença para assistir a pessoa da família que se encontra enferma a contar de 14 de maio a 12 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10466)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Zulmira de Sousa Alvares, ocupante do cargo de Oficial Auxiliar, lotado no Ginásio Estadual Pedro Amazonas Pedrosa, 180 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 2 de janeiro a 30 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho

de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10492)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Vanda de Nazaré Batista, ocupante do cargo de Inspetor de Alunos, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária, (G. E. Augusto Montenegro), 45 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 1º de junho a 15 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10487)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Satyra Ferreira da Silva, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária, seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 19.4.60 a 19.4.70.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10481)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Terezinha de Jesus Moraes de Souza, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Barão do Rio Branco), 90 dias de licença para tratamento de saúde, emprorogação a contar de 23 de maio a 20 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10482)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Targina Monteiro da Silva, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. 15 de Novembro — Tenoné), 15 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 25 de maio a 8 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10483)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Safira Pantoja Francés, ocupante do cargo de Professor não titulado Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. R. Cónego Siqueira Mendes — Cametá), 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 6 de maio a 4 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 10478)

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Silvina Tavares Fernandes, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. A. Prof. Serra Freire), 60 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 18 de abril a 16 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de junho de 1970.

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de
Barros Pereira
Secretário de Estado
de Educação

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
DECRETO DE 1 DE JUNHO
DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve retificar o decreto
s/n, datado de 21.1.1970, nos
termos da diligência requeri-
da pelo Egrégio Tribunal de
Contas, no Ofício n. 253.70, de
13.2.1970, a p o s e n t a r
de acôrdo com o artigo 1º e
2º, da Lei n. 2.516, de
18.7.1962; artigos 138 inciso
V, 143, 145, 227 e 162 da Lei
n. 749, de 24 de dezembro de
1953; artigo 5º, parágrafo úni-
co da Lei n. 3.203-A, de
30.12.64, modificada pela Lei
n. 4298, de 24.12.1968, Canu-
to de Oliveira Lima, Guarda
Civil de 3ª. Classe da Guarda
Civil do Estado (Ref. II),
percebendo nessa situação os
proventos anuais de
Cr\$ 2.605,44 (Dois Mil Seis-
centos e Cinco Cruzeiros e
Quarenta e Quatro Centavos),
assim discriminados:
Vencimento integral do car-
go de Guarda Civil de 2ª.
Classe 1.416,00
20% de Adicional .. 283,20
20% de Acôrdo com
o art. 162 339,84
40% do Risco de
Vida 566,40
Cr\$ 2.605,44

Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 1 de junho de
1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES
Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira
Secretário de Estado
de Segurança Pública

Registrada no Tribunal de
Contas pelo Acórdão n. 7531
de 7 de agosto de 1970.
(G. — Reg. n. 13028)

**DECRETO DE 29 DE JUNHO
DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve retificar o decreto
n. 5.393, de 20 de janeiro de
1967, nos termos da diligência
requerida pelo Egrégio Tribu-
nal de Contas, no ofício n. ...

622/70 de 22 de abril do cor-
rente ano, que reformou "ex-
officio" o soldado pertencen-
te ao Batalhão de Polícia, da
Polícia Militar do Estado
Danin Monteiro Moreira, para
promovê-lo à graduação de
Cabo, de acôrdo com a Lei n.
1.524, de 04.03.1958 e refor-
má-lo na aludida graduação,
percebendo, nessa situação,
os proventos anuais de
NCR\$ 414,90 Quatrocentos e
Quatorze Cruzeiros Novos e
Noventa Centavos), assim dis-
criminados:

Sóldo	240,00
Etapas	54,90
Abono Financeiro ..	120,00

Total da Presente
Reforma Cr\$ 414,90
Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 29 de junho de
1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira

Secretário de Estado
de Segurança Pública
(G. — Reg. n. 13098)

**DECRETO DE 8 DE JULHO
DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve retificar o decreto
s/n, datado de 18.5.1970, nos
termos da diligência requeri-
da pelo Egrégio Tribunal de
Contas, no Ofício n. 959/70, de
26.6.1970, a p o s e n t a r
de acôrdo com o artigo 159,
item III, da Lei n. 749, de 24
de dezembro de 1953, altera-
do pelo artigo 2º, § 2º, da Lei
n. 1.257, de 10.2.1956; artigo
161, item II, 138 inciso V, 143,
145 e 227 da mesma Lei n. 749,
artigo 5º, parágrafo único, da
Lei n. 3.203-A, de 30.12.1964,
modificada pela Lei n. 4298,
de 24.12.1968, Raimundo Mo-
zart Cruz de Magalhães, no
cargo de Sub-Inspetor, Nível
6, do Quadro Permanente, lo-
tado na Delegacia Estadual
de Trânsito da Secretaria de
Estado de Segurança Pública,
percebendo nessa situação os
proventos anuais de
Cr\$ 2.668,80 (Dois Mil Seis-
centos e Sessenta e Oito Cru-
zeiros e Oitenta Centavos),
assim discriminados:
Vencimento integral 1.668,00
20% de Adicional .. 333,60
40% de Risco de

Vida 667,20
Cr\$ 2.668,80

Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 8 de julho de
1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira

Secretário de Estado
de Segurança Pública
Registrada no Tribunal de
Contas pelo Acórdão n. 7533
de 7/8/1970.
(G. — Reg. n. 13091)

**DECRETO DE 20 DE
AGOSTO DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve transferir para a
Reserva Remunerada, com-
pulsoriamente o Sub-tenente
da Polícia Militar do Estado
Veridiano Pimentel Costa,
pertencente ao Batalhão de
Polícia, de acôrdo com o pa-
rágrafo único letra "a" do ar-
tigo 328 da Lei n. 207, de 30
de dezembro de 1949 e mais
o artigo 1º da Lei n. 1.524,
de 4 de março de 1958, per-
cebendo nessa situação os
proventos de 2º Tenente, no
valor de Cr\$ 8.452,08 (Oito
Mil Quatrocentos e Cinco-
enta e Dois Cruzeiros e Oito
Centavos) assim discrimi-
nados:

Sóldo	361,20
Grat. de tempo de serviço 15%	54,18
Categoria I (curso) 15%	54,18
Moradia (25%)	90,30
Risco de Vida ... (40%)	144,48

Proventos Mensais .. 704,34
Proventos Anuais Cr\$ 8.452,08

Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 20 de agosto
de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira

Secretário de Estado
de Segurança Pública

(G. — Reg. n. 13141)

**DECRETO DE 29 DE JUNHO
DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve retificar o decreto
n. 4.633, de 21 de dezembro
de 1964, nos termos da dili-
gência requerida pelo Egré-
gio Tribunal de Contas, no
Ofício n. 622/70 de 22 de
abril do corrente ano, que
reformou, "ex-officio", do
Cabo pertencente ao Bata-
lhão de Polícia, da Polícia
Militar do Estado, Osvaldo
Marques de França, para
promovê-lo à graduação de
2º Sargento, de acôrdo com
a Lei n. 1.524, de
04.03.1958 e reformá-lo na
aludida graduação, perce-
bendo, nessa situação, os pro-
ventos anuais de
NCR\$ 585,54 (Quinhentos e
Oitenta e Cinco Cruzeiros
Novos e Cinquenta e Quatro
Centavos), assim discrimina-
dos:

Sóldo	360,00
Etapas	54,90
Etapas suplementares	14,64
Abono financeiro ...	120,00
Tempo de serviço ... (10%)	36,00

Total da Presente Re-
forma Cr\$ 585,54

Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 29 de junho
de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira

Secretário de Estado
de Segurança Pública
(G. — Reg. n. 13099)

**DECRETO DE 20 DE
AGOSTO DE 1970**

O Governador do Estado:
resolve exonerar
Mário Caetano da
Silva, 2º Sargento da Polícia
Militar do Estado, do cargo
de Delegado de Polícia do
Município de Salinópolis.

Palácio do Governo do Es-
tado do Pará, 20 de agosto
de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA
NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis
Moreira

Secretário de Estado de
Segurança Pública

(G. — Reg. n. 13012)

DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 1970

O Governador do Estado: resolve nomear Antonio Saraiva Filho, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado, para exercer o cargo de Delegado de Polícia do Município de Salinópolis, vago com a exoneração de Elcio Caetano da Silva.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de agosto de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Major R-1 Antonio Calvis Moreira

Secretário de Estado de Segurança Pública
(G. — Reg. n. 13013)

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

JUNTA COMERCIAL CERTIDÃO 63170

CERTIFICO a requerimento de GERALDO BARBOSA DE SOUZA, Presidente da COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DO NUCLEO DO NOVO PARANA LTDA., conforme petição protocolada sob o número 7426 em 11 de Agosto de 1970, que revendo o arquivo desta repartição verifiquei QUE — por despacho proferido pelo Senhor Diretor a quatorze de Agosto de 1970, sob o número três mil cento e quarenta e dois mil novecentos e setenta e três (3.142.1970) esta fundamentada arquivada a Ata de Assembleia Geral da Fundação, de acordo com o que em vigor.

realizada a cinco (5) de Julho do corrente ano (1970), Estatuto Padrão do INDA, na mesma data aprovado e a Lista Nominativa dos Associados na data da Fundação. — O referido é verdade. Passado por mim, Maria de Nazaré dos Santos Brito, Auxiliar Bibliotecário N4 e conferido por mim Samuel Canuto Abdon, Chefe do Expediente, da Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 17 de agosto de 1970.

CSCAR FACIOLA — Diretor da Junta Comercial

Emolumentos Cr\$ 650 recolhidos ao Departamento de Receita Estadual.

(G. Reg. n. 13.154)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

SERVIÇO DE POLÍCIA SANITÁRIA

EDITAL

De conformidade com as disposições constantes no Regulamento Sanitário em vigor, faço saber aos interessados (distintos) desta (distintos) situado à Trav. J. J. (fundos) número 73 que (distintos) intimado(s) a (distintos) o mesmo no prazo de 30 (trinta) dias, para (distintos) a reforma geral como (distintos) o referido regulamento.

E, para que não alegue ignorância, será este publicado no "Diário Oficial" do Estado, sendo (distintos) afixa da uma via desta Edital à porta na habitação acima declarada, para os devidos

efeitos.

Belém, 11 de agosto de 1970.

a) Ilegível
Chefe do S.H.H.

VISTO:

a) Ilegível

Diretor da Divisão de Engenharia Sanitária
(G. Reg. n. 13.020)

Gabinete do Secretário
PORTARIA N. 343

O Secretário de Estado de Saúde Pública, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria n. 333, de 31 de julho de 1970, que concedeu licença sem vencimentos a funcionária IRANEIDE PE-

REIRA MARTINS, no período de 30 de julho de 1970 a 30 de julho de 1972, em virtude da referida estar de licença para tratamento de saúde.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Saúde Pública, 12 de agosto de 1970.

Dr. Ernani Guilherme Fernandes da Motta

Secretário de Estado de Saúde Pública
(G. Reg. n. 12.943)

PORTARIA N. 346

O Secretário de Estado de Saúde Pública, usando de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a funcionária Enóquia Teixeira Guedes de Oliveira, Diarista com Estabilidade da Secretaria de Estado de Saú-

de Pública, foi concedido pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 18.2.60 a 18.2.70.

RESOLVE:

DETERMINAR de comum acordo que a funcionária Enóquia Teixeira Guedes de Oliveira, goze de licença especial acima mencionada no total de cento e oitenta (180) dias no período de 05 de agosto de 1970 até 31 de janeiro de 1971.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Saúde Pública, 12 de agosto de 1970.

Dr. Ernani Guilherme Fernandes da Motta

Secretário de Estado de Saúde Pública
(G. Reg. n. 12.974)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO N. 54 DE 23 DE JULHO DE 1970

EMENTA: Autoriza

matrícula no Ginásio de Monte Alegre e permite excepcionalmente realização de todas as provas.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições, e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

Resolve promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica autorizado o Ginásio de Monte Alegre a matricular na 4a. série Ginasial a estudante Edilzete Eduardo Pinheiro.

Art. 2º — A estudante referida no artigo anterior deverá fazer todas as provas que porventura tenha sido impedida de realizar no 1º semestre.

Art. 3º — Cabe a Secretaria de Estado de Educação através do Inspetor do Departamento de Ensino Médio e Superior, comprovar a efetivação imediata das referidas providências.

Art. 4º — Cabe ao Departamento de Ensino Médio e Su-

perior, designar inspetor itinerante para apurar as irregularidades constantes apontadas no processo respectivo.

Art. 5º — Que, passe a integrar a vida escolar da interessada, o inteiro teor deste parecer, a fim de lhe assegurar a legalidade dos atos escolares praticados.

Art. 6º — Esta resolução entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 23 de julho de 1970.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.244)

RESOLUÇÃO N. 55 DE 27 DE JULHO DE 1970

EMENTA: Concede Reconhecimento à Escola Primária São Jerônimo, no município de Belém.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições, e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada em 16.07.70 e considerando o atendimento ao Parecer n.

72/70 conforme informações da SEDUC.

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica concedido Reconhecimento à Escola Primária São Jerônimo, localizada no município de Belém, cuja Entidade Mantenedora é representada por Anália Tereza Oliveira.

Art. 2º — Face o que dispõe a Lei n. 5540/68 — artigo n. 464/68 — artigo 16, o diretor indicado exercerá as funções a título precário.

Art. 3º — Cabe ao Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação relacionar a Escola ora Reconhecida e, nos arquivos dessa Secretaria proceder ao fichário identificativo da mesma.

Art. 4º — Cabe ao Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação designar inspetor itinerante para permanente fiscalização da mesma.

Art. 5º — Esta Resolução entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém 27 de julho de 1970

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.246)

RESOLUÇÃO N. 58 DE 13 DE AGOSTO DE 1970

EMENTA: Concede Certificado de isenção do salário-educação à Empresa Jai, Indústria e Comércio S.A.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições, e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica a Secretaria de Estado de Educação autorizada a conceder certificado de isenção do salário-educação à Empresa Jai, Indústria e Comércio S.A., referente ao ano letivo de 1970.

Art. 2º — Cabe ao Departamento de Educação Primária

da Secretaria de Estado de Educação expedir o Certificado referido no artigo anterior.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 13 de agosto de 1970.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.001)

RESOLUÇÃO N. 59 DE 13 DE AGOSTO DE 1970

EMENTA: Concede Certificado de isenção do salário-educação à Empresa Companhia de Docas do Pará.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica a Secretaria autorizada a conceder Certificado de isenção do salário-educação à Empresa Companhia das Docas do Pará.

Art. 2º — Cabe ao Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação expedir o Certificado referido no artigo anterior.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 13 de agosto de 1970.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.002)

RESOLUÇÃO N. 60 DE 13 DE AGOSTO DE 1970

EMENTA: Autoriza a realização de exames a fim de regularizar vida escolar.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições, e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica autorizada a realização de exames para regularizar a vida escolar da estudante Lígia Maria de Franco.

Art. 2º — A estudante, mencionada no artigo anterior, deve submeter-se a exames nas disciplinas Matemática, Geografia e Desenho, no nível da 3ª. série ginásial, no prazo de trinta (30) dias a contar da data de publicação desta resolução no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º — Os exames referidos no artigo segundo serão realizados em estabelecimento de ensino indicado pela Secretaria de Estado de Educação.

Art. 4º — Deve constar dos assentamentos escolares da estudante, a que se refere esta resolução, o inteiro teor do Parecer n. 82/70-CEE.

Art. 5º — Sendo a aluna aprovada nos exames ora autorizados, ficam validados os estudos feitos posteriormente à 3ª. série ginásial.

Art. 6º — Esta Resolução entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 13 de agosto de 1970.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.003)

RESOLUÇÃO N. 61 DE 20 DE AGOSTO DE 1970

EMENTA: Autoriza o funcionamento, a título

precário, da Escola Primária "Lar de Maria".

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições, e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão de 16.07.70 e considerando o atendimento ao Parecer n. 74/70.

Resolve Promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica autorizada a funcionar, a título precário, a Escola Primária "Lar de Maria", localizada no município de Belém e mantida pela Instituição Espírita "Lar de Maria".

Art. 2º — Face o que dispõe a Lei n. 5.540/68 — artigo 30 e o Decreto-Lei n. 464/69 — artigo 16, o diretor indicado exercerá as funções a título precário.

Art. 3º — Cabe ao Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação relacionar a Escola ora autorizada a funcionar, e, nos arquivos dessa Secretaria proceder ao fichário identificativo da mesma.

Art. 4º — Cabe ao Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação designar inspetor itinerante para permanente fiscalização da mesma.

Art. 5º — Esta Resolução entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 20 de julho de 1970.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho
(G. Reg. n. 13.246)

ANÚNCIOS

VIDEOS INDUSTRIAIS DO PARÁ S. A.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 26 do mês de maio do ano de 1970.

As 15:00 (quinze) horas do dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do ano de 1970 (mil, novecentos e setenta) na sede social, à rua Quinze de Novembro, n. 226 (duzentos e vinte e seis), sala n. 1505/7 (mil, quinhentos e cinco barra sete).

nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, acionistas da Sociedade, atendendo à convocação feita pela Diretoria desta, através de edital publicado, nos prazos legais, no "Diário Oficial" do Estado do Pará e no jornal local "O Liberal", documento de seguinte texto: "Videos Industriais do Pará S. A. — Assembléia Geral Extraordinária — Estão por este edi-

tal convocados os senhores acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que terá lugar, na sede social, à rua Quinze de Novembro, n. 226, sala n. 1505, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, às 15:00 horas do dia 26 do corrente mês de maio, para deliberarem sobre a seguinte matéria: 1. elevação do capital social; 2. alteração dos estatutos sociais; 3. o que ocorrer. Belém (PA), 14 de maio de 1970. Alberto Castello Branco Bendahan, Diretor Comercial; João Ruy Castelo Branco de Castro, Diretor-Industrial; e Jayme Barcessat, Diretor Administrativo". Inicialmente, tendo sido constatado, pelas assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas", o comparecimento destes, com direito a voto, em quantidade superior à mínima exigida por Lei, foi procedida a eleição do presidente da reunião, na forma estatutária, tendo sido escolhido o acionista Alberto Castello Branco Bendahan, o qual, após agradecer a indicação de seu nome, convidou a mim, acionista José Luciano Castello Branco, para secretariá-lo. Após, por solicitação do presidente, li aos presentes os seguintes documentos: "PROPOSTA DA DIRETORIA — Senhores Acionistas: Como anteriormente comunicado a V. Sas., esta empresa apresentou à SUDAM, novo projeto de reformulação financeira, merecendo esse trabalho a aprovação, em quase todos os itens que o compõem, dos técnicos daquela entidade, devendo tais pareceres favoráveis ser submetidos à consideração do Conselho Deliberativo daquela Autarquia, em sua reunião do dia 12 do próximo mês de junho. Assim, consideramos necessário adotar as medidas administrativo-financeiras consideradas necessárias ao desenvolvimento, nas bases aprovadas por aqueles técnicos, do projeto industrial "VIP" ora em fase de implantação. Portanto, em consequência, seja autorizado aumento do capital social, ora em Cr\$ 8.477.166,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e seis cruzeiros), representado por 2.134.528 (dois milhões, cento e trinta e quatro mil, quinhentas e vinte e oito)

ações ordinárias, 613.233 (seiscentas e treze mil, duzentas e trinta e três) ações preferenciais de classe "A" e 5.729.403 (cinco milhões, setecentas e vinte e nove mil e quatrocentas e cinco) ações preferenciais de classe "B", para até Cr\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil cruzeiros), representados por até 3.065.000 (três milhões e sessenta e cinco mil) ações ordinárias, e até 9.235.000 (nove milhões, duzentas e trinta e cinco mil) ações preferenciais, de classes "A" ou "B", correspondendo, pois, a uma elevação de até Cr\$ 3.822.334,00 (três milhões, oitocentos e vinte e dois mil e oitocentos e trinta e quatro cruzeiros), representados por até 930.472 (novecentas e trinta mil, quatrocentas e setenta e duas) ações ordinárias e até 2.892.362 (dois milhões, oitocentas e noventa e duas mil, trezentas e sessenta e duas) ações preferenciais de classes "A" ou "B" à vontade de seus subscritores. Referido aumento de capital poderá ser realizado com a incorporação de bens, utilização de créditos devidamente contabilizados na Sociedade, e/ou em dinheiro, e deverá ser efetivado por etapas. Acreditamos, portanto, que com a medida ora proposta, estamos acelerando, de maneira decisiva, o processo de complementação do projeto industrial da Empresa que dirigimos. Belém (PA) 11 de maio de 1970. (aa) Alberto Castello Branco Bendahan, Diretor-Comercial; João Ruy Castelo Branco de Castro, Diretor-Industrial; e Jayme Barcessat, Diretor-Administrativo". — "PARECER DO CONSELHO FISCAL — Os que este documento assinam, membros efetivos do Conselho Fiscal, tendo examinado os termos da Proposta da Diretoria desta Sociedade, datada de 11 do mês de maio corrente, e relativa à elevação do Capital Social, com utilização de bens, créditos e/ou dinheiro, por etapas, em até Cr\$ 3.822.334,00 (três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros), representados por até 930.472 (novecentas e trinta mil, quatrocentas e setenta e duas) ações ordinárias, e até 2.892.362 (dois milhões, oitocentas e noventa e duas mil, tre-

zentas e sessenta e duas) ações preferenciais, são de parecer que essa medida é conveniente aos interesses sociais, possibilitando a aceleração dos trabalhos finais de implantação do projeto industrial "VIP". Belém (PA), 12 de maio de 1970. (aa) Edmundo Moura, Cândido Mariano da Rocha e Judah Eliezer Levy, Conselheiros". Em sequência, o presidente colocou em votação a elevação de capital social, nos termos propostos pela Diretoria e com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme os dois documentos que haviam sido por mim lidos aos presentes, e como nenhum deles solicitasse a palavra, o presidente colocou-a em votação, sendo aprovada, por unanimidade, pelo que ficou a Diretoria autorizada a promover as medidas necessárias à elevação do capital social, por etapas, de Cr\$ 8.477.166,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil cento e sessenta e seis cruzeiros), totalmente realizado, para até Cr\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil cruzeiros), correspondendo a um aumento de até Cr\$ 3.822.334,00 (três milhões, oitocentos e vinte e dois mil e oitocentos e trinta e quatro cruzeiros), representado por até 930.472 (novecentas e trinta mil, quatrocentas e setenta e duas) ações ordinárias e até 2.892.362 (dois milhões, oitocentas e noventa e duas mil e trezentas e sessenta e duas) ações preferenciais, de classe "A" e/ou "B", podendo referido aumento ser subscrito em bens, créditos e/ou dinheiro, adotadas as medidas legais necessárias para que os acionistas ordinários possam exercer o direito de preferência à subscrição, em dinheiro, da elevação de capital ora autorizada. Após, o presidente comunicou aos presentes que os técnicos da SUDAM que haviam analisado o projeto industrial "VIP", haviam decidido dar à jazida de areia quartzosa incluída naquele trabalho, o valor de Cr\$ 779.151,00 (setecentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e um cruzeiros), e desde que os acionistas haviam deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 (trinta) do mês de dezembro do ano de 1969 (mil, novecentos e sessen-

ta e nove), que somente seria considerado o laudo de avaliação apresentado naquela reunião após a decisão, sobre seu valor para fim do projeto industrial "VIP", pelos técnicos daquele órgão, julgava o orador oportuno que os presentes não apenas tomassem conhecimento da deliberação dos especialistas da SUDAM, como também decidissem sobre o procedimento a adotar sobre a incorporação dos direitos relativos a esse bem, assim como dos dois (2) terrenos onde a jazida se encontrava, ao patrimônio da Sociedade, e solicitou a mim que lesse aos acionistas o texto completo do laudo de avaliação relativa à jazida de areia quartzosa, elaborado pelo geólogo Jayme Simón Almaraz Urdininea e ratificado pelos demais peritos, economista Ramiro Fernandes Nazaré e engenheiro-de-minas João Bosco Ponciano Gomes, o que fiz: "Laudo de Avaliação, para a incorporação de capital, da jazida de areia quartzosa localizada no sítio colonial Nossa Senhora do Carmo de Benevides, Travessa Aratanha, lotes 11 e 12 no Município e Distrito de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, outorgado ao Sr. João Ruy Castelo Branco de Castro, através do Alvará n. 972 publicado no Diário Oficial da União em 23.09.69, a ser incorporado à Vidros Industriais do Pará S.A. — VIP — apresentado pelo geólogo Jayme Simón Almaraz Urdininea — Considerações preliminares: O valor de uma jazida pode ser assimilado ao montante financeiro que pode ser conseguido com investimentos para a lavra, processamento e venda do minério contido na jazida, até que toda a reserva seja esgotada. De maneira análoga aos problemas da Economia — os quais são regidos por uma série de variáveis relacionadas entre si de maneira complexa — a avaliação de uma jazida não deve ser observada como mera aplicação de fórmula. Assim é que procuramos em nosso trabalho ter em vista os seguintes aspectos: — Geografia: A posição da jazida em questão é das mais estratégicas, pois está situada na Zona Bragantina, à cerca de 48 Km do centro de Belém. Apresenta fácil acesso, permitindo o es-

coamento tranquilo da produção. Pode ser alcançada através das Rodovias PA 25 e PA 16, ambas asfaltadas. Está localizada em área que foi incluída nos atuais planos de urbanização. A distância da jazida à unidade fabril da VIP é de 40 Km. — Concorrentes: Esta é a única jazida dentro da Amazônia em vias de ser aproveitada economicamente, já tendo tido seu projeto técnico-econômico aprovado pela SUDAM, não havendo portanto concorrentes locais a se considerar. — Mão de Obra: a mão de obra para extração, beneficiamento e transporte da matéria prima é de fácil recrutamento na área, por não exigir elevada grau de qualificação. — Geologia: Todos os estudos químicos e geológicos realizados no país e no exterior concluem pela excelente qualidade da matéria prima para o uso industrial a que se destina. Os trabalhos de cubagem realizados por W. Rezende em 1967* (*Relatório Final. Estudos de Areias para a Indústria de Vidros), através de 43 poços prospectivos (sondagem manual à tacho), dentro de espaçamento determinado e alguns mercados aleatoriamente, indicaram uma espessura para o depósito de 3,36 metros numa área de 435.600m². Sob a consideração do peso específico igual a 1,6 ton/m³ foi cubada uma reserva de 1.390.000 toneladas, valor este mais do que suficiente para o abastecimento da indústria durante toda sua vida útil. As análises químicas e granulométricas de amostras individuais obtidas por amostragem ordenada, aleatória e média, efetuadas nos laboratórios, concluem pelo uso apropriado para o fabrico de vidro. Além disto constatou-se um rendimento médio de 77% para a faixa granulométrica de 0,1 à 0,3mm. A lavra. Os custos: O método de lavra deverá ser, obviamente, a céu aberto. Os trabalhos de extração deverão ser realizados manualmente, uma vez que a produção requerida pela fábrica não tornará econômica a mecanização. Esta possibilidade deverá ser estudada quando surgir uma nova demanda. Desta forma, o Plano de lavra será o mais simplório possível quanto à extração, e o

transporte, somente requerendo equipamento um pouco mais sofisticado, a parte referente ao beneficiamento de areia. Tendo assim o custo da lavra bastante minimizado em decorrência dos dois fatores: equipamento e mão de obra. O beneficiamento da areia (consistindo somente em lavagem, secagem e peneiramento) deverá ser realizado na própria fábrica, com os equipamentos que posteriormente discriminaremos. — Mercado: O mercado a ser comentado não deve ser o da areia quartzosa e sim a do vidro, pois será o produto a ser obtido pela empresa. Transcreveremos a seguir, o resumo do estudo de mercado realizado pela P R I C E WAREHOUSE PEAT & CO., em setembro de 1969 que conclui pela existência de um amplo mercado para o produto final da VIP, na área da Amazônia Legal e alguns próximos: Em 1969, 13.006 toneladas; em 1970, 17.771 toneladas; em 1971, 20.817 toneladas; em 1972, 25.566 toneladas; em 1973, 30.681 toneladas; em 1974, 34.961 toneladas. Sendo a produção diversificada em: garrafas, frascos, vidros, potes, copos e mesas refratárias. A AVA-LIAÇÃO: Adotaremos, para a avaliação, a fórmula de Finlay, recomendada pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, em 1946 e aprovada no II Congresso Brasileiro de Metais, publicada no Relatório dos Serviços Executivos do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, pg. 18 e 19. São estas as fórmulas de Finlay para avaliação de jazidas minerais: $V = (LT/N \cdot A) \cdot 100Z$; $A = 100 LT/N (ZS+100)$; $S = (1+r)N - 1/r$. Em que: V = valor global da jazida e de todas as instalações necessárias para a lavra e para a indústria (lavra do minério); L = lucro líquido industrial por tonelada de minério; T = capacidade da jazida em toneladas; N = número de anos necessários para esgotamento da jazida; A = anuidade a ser depositada para reconstituição do capital total (V) invertido; r = centésima parte da taxa de juros para a capitalização precedente; Y = taxa (%) sobre o capital total (V) para o lucro líquido do empreendimento. Observações: a) Sendo V' o custo total das instalações (equipamento da mina

e usina de industrialização do minério), o valor da jazida será $V - V'$. b) O número N não deve ser superior a 50 anos, senão será dado comumente o valor de 30 anos; se T/t for inferior a 30, sendo t a tonem média anual de minério lavrado, dar-se-á a N o valor T/t. Se T/t for superior a 30 ou a 50, conforme o caso, tomar-se-á para N um valor compreendido entre 30 e 50, conforme o caso. c) O valor de r é 0,05 nas condições atuais (1946). d) O valor de Z será 25% no máximo. Em casos especiais (grande segurança no êxito do empreendimento) este valor pode descer até o mínimo de 14,3%. Sob o ponto de vista puramente matemático, teremos um problema que deverá apresentar uma solução exata. Entretanto, a validade de sua aplicação estará vinculada ao grau de precisão com que foram estimados os valores atribuídos aos vários símbolos da fórmula. Para o caso em apêrgo temos: "M": O valor de N estará vinculado à vida útil dos equipamentos fabris, vale dizer, 20 (vinte) anos. Este valor não corresponde à vida útil da jazida. Esta possui uma reserva que poderia abastecer a fábrica, na sua escala de produção inicial, por mais de 150 anos. "T": Na determinação do valor de "T", devem ser levados em consideração, principalmente, a capacidade de absorção do mercado e as possibilidades econômico-financeiras do grupo empresarial. Em outras palavras, somente deve ser considerada a parcela da reserva passível de ser comercializada, de ser aproveitada no mercado almejado. Assim, considerando-se a demanda da fábrica projetada, as prováveis taxas de recuperação na extração (90%) bem como o fator "segurança" (10%), chegaremos ao valor de 180.320 toneladas durante os vinte anos de vida útil da fábrica. Então $T = 180.320$ ton. No caso de um aumento de demanda, outra parte da jazida pode se tornar comercializável. Neste caso, deverá se proceder a uma reavaliação do ativo, com a incorporação da nova parte absorvível pelo mercado. "L": Este é outro fator que deve ser calculado com o máximo rigor possível. Estando ele localizado no numerador da

fórmula de Finlay, a sua influência no valor a ser encontrado é bem grande. É ele determinado subtraindo-se do preço de venda, o custo de extração. No caso em apêrgo, o preço de venda foi assimilado ao preço de mercado. De posse de duas ofertas (cópias em anexo) de areias com especificações bastante próximas da jazida de "João Coelho", optamos pelo valor médio (NCr\$ 42,00), procurando não incorrer em prováveis erros pela adoção de maior ou menor preço, indistintamente. Este valor, aparentemente alto, é justificado pelas condições específicas de pureza na composição química e granulometria ótima, para o fim a que se destina. Além disto, devem ser considerados os fatores locais da jazida perante o mercado consumidor (curta distância, fácil transporte, rodovia asfaltada), bem como a extração fácil. Assim vem: $L = (P \cdot V) - C \cdot E$. O custo de extração foi tomado, caso sendo igual ao custo total da lavra (ver anexo), afastando a possibilidade de se superestimar o valor de "L". Teremos então: $L = \text{NCr\$ } 42,00 - \dots - \text{NCr\$ } 11,06$; $L = \text{NCr\$ } 30,94$. "r": Taxa legal de juros a prazo fixo estabelecido pelo Banco do Brasil, 0,12 anual. "Z": Adotaremos o valor máximo admitido, que afastará a possibilidade de superavaliação, isto é: 25%. Levando-se os valores citados à fórmula de Finlay, encontra-se: $V = \text{NCr\$ } 1.318.879,58$; daí o valor (V') da jazida: $V' = V - (\text{Investimento Fixo})$; $V' = \dots - \text{NCr\$ } 995.275,58$; Para fins de incorporação é indicado o valor $V' = \text{NCr\$ } 995.000,00$ (novecentos e noventa e cinco mil cruzeiros novos). ANEXOS: INVESTIMENTO FIXO: Discriminação; quantidade; preço unitário (NCr\$ 1,00); preço total ... (NCr\$ 1,00); Caminhão Basculante (dois) Preço Unitário ... NCr\$ 40.170,00. Preço total ... NCr\$ 80.340,00; Peneira Vibratória com "spray" (Lavada) (Uma) Preço Unitário ... NCr\$ 15.939,00; Preço total ... NCr\$ 15.939,00; Peneira Vibratória (uma) Preço Unitário ... NCr\$ 15.939,00; Preço total ... NCr\$ 15.939,00; Secador (Um) Preço Unitário NCr\$ 160.380,00; Preço total NCr\$ 160.380,00; Transportador (dois) Preço Unitário NCr\$ 17.798,00 Preço Total

NCr\$ 35.596,00; Diversos: Preço Total NCr\$ 15.410,00; Total: ... NCr\$ 323.604,00; Obs.: O quadro acima foi obtido no Projeto Técnico-Econômico da VIP, onde podem ser verificadas as características dos equipamentos projetados. (*) Os preços (cópia das ofertas em anexo) já estão acrescidos do I.P.I. e estimativa de embalagem, frete e seguro, da forma seguinte: a) Secador: 2% I.P.I.; 10% Embalagem, frete e seguro. b) Penelras: 5% I.P.I.; 10% Embalagem, frete e seguro. c) Transportador: 10% I.P.I.; 10% Embalagem, frete e seguro. Custo de Lavra: Discriminação e Valor: Remuneração do Investimento (8% a. a.) NCr\$ 25.888,32; Depreciação (anexo) NCr\$ 38.853,40; Manutenção/Conservação (3% do Investimento Fixo) NCr\$ 9.708,12; Salários — Encargos Sociais e Trabalhistas NCr\$ 20.542,40; Eventuais (5% sobre os itens anteriores) ... NCr\$ 4.750,00; Total NCr\$ 99.742,24. D'onde se obtém: (C. L.) * = NCr\$ 99.742,24/9.016 ton., ou seja: NCr\$ 11,06 por ton.; *) Custo de Lavra, considerando como igual ao custo de extração, embora seja maior. Depreciação: Discriminação: Vida Útil e Valor da Depreciação (NCr\$ 1,00) — Veículos: Vida útil 5 anos, valor da depreciação: NCr\$ 16.068,00; Máquinas/Equipamentos: Vida útil 10 anos, valor da depreciação: NCr\$ 22.785,40; Total NCr\$ 38.853,40. MAO DE OBRA: — Discriminação, quantidade, qualificação, Salário Mensal unitário (NCr\$) e Salário Total Anual (NCr\$ 1,00): Extração/transporte: Motorista (dois) S. Q., Salário mensal unitário NCr\$ 300,00; Salário total anual NCr\$ 7.200,00 Carregadores (três) N. Q., Salário mensal unitário NCr\$ 114,00; Salário total anual NCr\$ 2.004,00; Vigia (um) N. Q., Salário mensal unitário NCr\$ 114,00; Salário total anual NCr\$ 668,00. Beneficiamento: Encarregado (um) S. Q., Salário mensal unitário NCr\$ 342,00; Salário total anual NCr\$ 2.004,00; Operadores (três) N. Q., Salário Mensal Unitário NCr\$ 114,00 Salário total anual NCr\$ 2.004,00; Total NCr\$ 13.260,00. Belém, 18 de novembro de 1969. a) Jaime Simon Almaraz Urdininea — CREA

14.275 D 5a. Região e 395 1a. Região. Concorde com o presente laudo. Belém, 12.12.69. a) João Bosco Ponciano Gomes, Engenheiro de Minas — CREA 2631/D 4a. Região e 405 — 1a. Região. a) Ramiro Fernandes Nazaré, Economista—CREP 1284 1a. Região e 019 9a. Região. "Após essa leitura, o acionista Jayme Barcessat comunicou aos presentes que se tornava necessário também incorporar ao patrimônio da Sociedade os terrenos nos quais se encontrava a jazida de areia quartzosa acima referida, e propôs fossem nomeados, pelos presentes, peritos para avaliá-los, na forma da lei, tendo sido escolhidos, por unanimidade, abstendo-se o acionista João Ruy Castello Branco de Castro, como peritos, os Srs. João Lauro Araújo Tavares, engenheiro civil; Ramiro Fernandes Nazaré, economista; e Eduardo Grandi, advogado, aos quais foi concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para proceder a seu trabalho e apresentar o correspondente laudo de avaliação. Em consequência, o presidente, de acordo com a liberação dos presentes, suspendeu a reunião, e comunicou que seria retomada às 10:00 (dez) horas do dia 29 (vinte e nove) do mês de maio corrente, e convidou a todos os acionistas a comparecerem ao novo encontro. Às 10:00 (dez) horas do dia 29 (vinte e nove) do mês de maio do ano de 1970 (mil novecentos e setenta), na sede social, voltaram a reunir-se os acionistas da Sociedade, e o Sr. Alberto Castello Branco Benda-han, após constatar o comparecimento de proprietários de ações ordinárias em quantidade superior à mínima exigida por lei, solicitou a mim que retomasse as funções de secretário, e comunicou aos presentes que a reunião em curso era prosseguimento da anterior, realizada no dia 26 (vinte e seis) do presente mês, ambas compondo a mesma Assembléia Geral Extraordinária. Em seguida, o presidente pediu a mim que lesse aos presentes o laudo-de-avaliação subscrito pelos peritos João Lauro Araújo Tavares, Ramiro Fernandes Nazaré e Eduardo Grandi sobre os terrenos a serem incorporados ao patrimônio da Sociedade, através da

subscrição de ações ordinárias pelo acionista João Ruy Castello Branco de Castro, documento de seguinte teor: "Belém, 28 de maio de 1970. Ilmos. Srs. Acionistas da VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ S. A. — Nesta. Senhores Acionistas: Na qualidade de peritos, nomeados pela Assembléia Geral Extraordinária dessa Empresa, iniciada no dia 26 do mês corrente, apresentamos, a seguir, laudo relativo aos dois bens cuja avaliação nos foi confiada: 1. lote de terras agrícolas, sob o n. 12 (doze), situado à sexta travessa Aratanha do Núcleo Colonial Nossa Senhora do Carmo de Benevides, no Município de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, medindo 18 (dezoito) hectares, 39 (trinta e nove) ares e 60 (sessenta) centiares, confinando, de ambos os lados, com quem de direito. Proprietário: João Rui Castello Branco de Castro, engenheiro civil, casado em regime de comunhão de bens com da. Iracy Lobato de Castro, do lar, ambos brasileiros, domiciliados e residentes na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Imóvel rural adquirido de Raimundo Barbosa Costa, brasileiro, solteiro, maior, solicitador, através de escritura pública de venda-e-compra lavrada às fls. 185 (cento e oitenta e cinco) de livro número 287 (duzentos e oitenta e sete) do Cartório de Notas do 2o. Ofício (Diniz) da Comarca de Belém, no dia 27 (vinte e sete) do mês de janeiro do ano de 1967 (mil novecentos e sessenta e sete), documento devidamente transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, sob o número de ordem 955 (novecentos e cinquenta e cinco), às fls. 220 (duzentas e vinte) do livro n. 3-A (três-A). Valor de avaliação Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). 2. Lote de terras agrícolas, sob o n. 11 (onze), situado à travessa Aratanha do Núcleo Colonial Nossa Senhora do Carmo de Benevides, Município de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, medindo 18 (dezoito) hectares, 42 (quarenta e dois) ares e 75 (setenta e cinco) centiares, confinando com quem de direito. Proprietário: João Ruy Castello Branco de Castro,

engenheiro civil, casado em regime de comunhão de bens com da. Iracy Lobato de Castro, do lar, ambos brasileiros, domiciliados e residentes na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Imóvel rural adquirido de Raimundo Barbosa Costa, brasileiro, solteiro, solicitador, através de escritura pública de venda-e-compra lavrada às fls. 184 (cento e oitenta e quatro) do livro número 287 (duzentos e oitenta e sete) do Cartório de Notas do 2o. Ofício (Diniz) da Comarca de Belém, no dia 27 (vinte e sete) do mês de janeiro do ano de 1967 (mil novecentos e sessenta e sete), documento devidamente transcrito no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, sob o número de ordem 954 (novecentos e cinquenta e quatro) às fls. 220 (duzentas e vinte) do livro n. 3-A (três-A). Valor da avaliação: Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). Coloramo-nos à disposição de Vv. Ss., para quaisquer esclarecimentos e informações desejados. Atenciosamente aa) João Lauro Araújo Tavares, Engenheiro Civil, CREA 1341-D 1a. Região; Ramiro Fernandes Nazaré, Economista, CREP 1284 1a. Região e 019 9a. Região; e Eduardo Grandi, Advogado, OAB-515—Pa.". Após essa leitura, o presidente comunicou que os peritos que haviam subscrito os dois laudos já por mim lidos, ou seja, o relativo à jazida de areia quartzosa e o referente aos terrenos, encontravam-se presentes, à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados. Solicitando a palavra, o Sr. João Ruy Castello Branco de Castro, na qualidade de titular da autorização para pesquisa daquela jazida, emitida pelo Ministério das Minas e Energia, através de Alvará, e cujo relatório final foi aprovado pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, assim como na de proprietário das terras rurais nas quais se encontra aquela jazida, comunicou aos presentes que aceitava, sem reservas, o valor atribuído à jazida pelos técnicos da SUDAM, assim como o constante do laudo de avaliação dos dois terrenos de sua propriedade, concordando, portanto, com a incorporação dos

mencionados bens ao patrimônio da Vidros Industriais do Pará S. A., a quem cedia e transferia neste ato, toda a posse, domínio, direito e ação que até então tinha sobre os imóveis, assim como todo em qualquer direito à jazida de areia quartzosa, inclusive e especialmente o de lavra, para que a empresa pudesse usá-lo e explorá-lo de maneira mais conveniente. No mesmo sentido também se manifestou a Senhora Iracy Lobato de Castro, sua esposa, participante, a convite, da Assembléia Geral em curso. Como ninguém solicitasse a palavra, o Presidente colocou os dois laudos de avaliação em votação, sendo aprovados por unanimidade, abstendo-se de pronunciamento o acionista João Ruy Castelo Branco de Castro, e ressalvado o prevalecimento, quanto ao valor da jazida de areia quartzosa, o estabelecido pelos analistas da SUDAM, ou seja, Cr\$ 779.151,00 (setecentos e setenta e nove mil e cento e cinquenta e hum cruzeiros). Em sequência, o boletim de subscrição de ações ordinárias foi assinado pelo Sr. João Ruy Castelo Branco de Castro, e, depois desse procedimento, os acionistas deliberaram, por unanimidade, dar a seguinte redação para o artigo 60. (sexto) dos estatutos sociais: — "Art. 60. — Tem a Sociedade o capital de Cr\$ 9.261.317,00 (nove milhões, duzentos e sessenta e hum mil, trezentos e dezessete cruzeiros), representada por 2.918.679 (dois milhões, novecentas e doze mil, seiscentos e setenta e nove) ações ordinárias, 613.233 (seiscentas e treze mil, duzentas e trinta e três) ações preferen-

ciais de classe "A" e 5.729.405 (cinco milhões, setecentas e vinte e nove mil e quatrocentas e cinco) ações preferenciais, de classe "B", de valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma". Em sequência, o presidente informou aos presentes que a incorporação dos bens imóveis objeto da avaliação e decisão recém-tomada pelos acionistas, ao patrimônio da Sociedade, em realização ao capital desta, será feita sem a incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, face à imunidade assegurada pelo parágrafo 3º (terceiro) do artigo 23 (vinte e três) da Constituição Federal, sendo a certidão da ata da presente Assembléia Geral Extraordinária, emitida pela Junta Comercial do Estado do Pará, na qual deve ser aquele documento arquivado, documento hábil e suficiente para ser inscrito, no Cartório de Registro de Imóveis competente, e, assim, ser a transferência da propriedade, posse e demais direitos inerentes aqueles bens, plenamente efetivada, em favor da Sociedade, de acordo com o parágrafo único do artigo 54 (cinquenta e quatro) do Decreto-Lei número 2.627/40 (dois mil, seiscentos e vinte e sete barra quarenta). Após, o presidente comunicou aos presentes que a Diretoria da empresa havia recebido carta subscrita pelo diretor Jayme Barcessat, pela qual renunciava ao cargo administrativo que vinha exercendo, a fim de poder dedicar-se às funções para as quais havia sido convidado, e havia aceito na Companhia de Desenvolvimento e Administração de Áreas Metropolitanas (CODEM). Prosseguindo, disse

o orador manifestar-se, naquele momento, não apenas em seu nome pessoal, porém no dos demais integrantes da Sociedade, e, de modo especial, no dos componentes da Diretoria, e dirigindo-se ao Senhor Jayme Barcessat, externou a gratidão da Empresa pelo trabalho dedicado, zeloso e profícuo do diretor renunciante, cuja capacidade de trabalho e — probidade havia contribuído, de modo decisivo, para o emgrandecimento da VIP, em fase que exige, de seus dirigentes, constante sacrifício e incessante dedicação, e transmitiu ao diretor renunciante os votos de sucesso em sua nova atividade, voltada para o interesse público. Finalmente, deliberaram os acionistas, por unanimidade, manter vago o cargo de Diretor-Administrativo, até oportuno preenchimento. Nada mais havendo a tratar, foi a palavra franqueada a quem dela quisesse fazer uso, e como nenhum dos presentes a solicitasse, foi a sessão novamente suspensa, desta vez para ser a ata dos respectivos trabalhos lavrada no livro próprio, após o que, reaberta, foi esta ata lida, aprovada e, depois de encerrada pelo presidente a Assembléia Geral Extraordinária, assinada por todos os acionistas presentes, pela Senhora Iracy Lobato de Castro, e pelos peritos Jayme Simón Almaraz Urdininea, Ramiro Fernandes Nazaré, João Bosco Ponciano Gomes, João Lauro Araújo Tavares e Eduardo Grandi. Belém, 29 de maio de 1970. (aa) Alberto Castello Branco Bendahan, José Luciano Castello Branco, Jayme Barcessat, João Ruy Castelo Branco de Castro, Marcos

Athias, Eliezer Athias Wilton Santos Brito. Construtora Paraense Limitada — CONSPARA, p. p. Newton Burlamaqui Barreira, Jayme Barcessat, Iracy Lobato de Castro, Jayme Simón Almaraz Urdininea, Ramiro Fernandes Nazaré, João Bosco Ponciano Gomes, João Lauro Araújo Tavares e Eduardo Grandi.

Confere com a ata original lavrada no livro próprio.

a) Alberto Castello Branco
Bendahan
Diretor Comercial

CARTÓRIO DINIZ — Reconheço a firma supra de Alberto Castello Branco Bendahan
Belém, 16 de julho de 1970.
Em testemunho N. E. C. M. da verdade.

a) Ney Emil da Conceição
Messias
Escrevente Autorizado

JUNTA COMERCIAL — Emolumentos: Cr\$ 180,00.
Belém, de 1970.

a) Samuel — O funcionário.

JUNTA COMERCIAL DO
ESTADO DO PARÁ

Esta Ata em 7 vias foi apresentada no dia 16 de julho de 1970, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 17 do mesmo contendo 10 folhas de ns. 9057/66, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 2774/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 17 de julho de 1970.

a) OSCAR FACIOLA, Diretor.

VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ S. A.
Rua 15 de Novembro, 226 -- S/1505-7 -- Belém-Pará

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE 784.151 (SETECENTAS E OITENTA E QUATRO MIL CENTO E CINQUENTA E UMA) ações ordinárias, de valor nominal de Cr\$ 1,00 (HUM CRUZEIRO) cada uma, feita com incorporação de bens ao patrimônio da empresa:

Nome	Endereço	Ações Subscritas	Valor	Assinatura
JOAO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO	Av. Nazaré, 969 — Apto. 1001 Belém — Pará	784.151	784.151,00	João Ruy Castelo Branco de Castro
TOTAL		784.151	784.151,00	

Belém, 29 de maio de 1970

ALBERTO CASTELLO BRANCO BENDAHAN
Diretor-Comercial

CARTÓRIO DINIZ — Reconheço as firmas supra de João Ruy Castelo Branco de Castro e Alberto Castello Branco Bendahan — Belém, 15 de julho de 1970. — Em testemunho N. M. C. M. da verdade. — a) NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS — Escrevente Autorizado.

JUNTA COMERCIAL — Emolumentos: Cr\$ 10,00. — Belém, ... de ... de 1970. — a) Samuel — O Funcionário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Este Boletim de Subscrição, em 7 vias foi apresentado no dia 16 de julho de 1970, e mandado arquivar por Despacho do Diretor de 17 do mesmo, contendo 1 folha de n. 9067, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. To deu na ordem de arquivamento o n. 2775/70. E para constar eu Carner Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 17 de julho de 1970 — a) OSCAR FACIOLA, Diretor.

(Ext. Reg. n. 2970 — Dia — 27.8.70)

**COMEX — COMPANHIA
MADEIREIRA EXPORTADORA
C.G.C. 04.965.316/001**

Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de agosto de 1970.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta, às 10 (dez) horas, na sua sede social à Rua XV de Novembro n. 226, 13o. andar, sala 1.304, Ed. Francisco Chamie, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os acionistas da COMEX — Companhia Madeireira Exportadora, conforme se pode verificar pelas suas assinaturas no livro de Presença de Acionistas. Assumiu a Presidência dos trabalhos de acordo com os estatutos, o acionista e Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Arly Carvalho Trindade, o qual declarou haver número legal para as deliberações, e portanto regularmente instalada a Assembléia, e convidou o acionista Ademar Mariano Ribeiro, para secretariar os trabalhos, ficando de tal forma regularmente constituída a mesa. Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse a leitura do Edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nos dias 4, 6 e 7 de agosto de 1970, e no Jornal "O Liberal" nos dias 4, 5 e 6 do mesmo mês, que é do seguinte teor: COMEX — Companhia Madeireira Exportadora — Assembléia Geral Ordinária — Convocação — Ficam convidados os senhores acionistas da COMEX — Companhia Madeireira Exportadora, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 12 de agosto de 1970, na sede social à Rua XV de Novembro n. 226, 13o.

andar, sala 1.304, Ed. Francisco Chamie, nesta Capital, às 10 (dez) horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: — a) Relatório da Diretoria; b) Balanço Geral, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1969; c) Parecer do Conselho Fiscal; d) Eleição dos membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal e fixação dos seus honorários; e) Outros assuntos de interesse social. Belém, Pa., 3 de agosto de 1970. a) Ronan Ribeiro Mariano — Diretor-Administrativo. Passando a Ordem do Dia, o Sr. Presidente colocou em discussão o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral e o Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1969. Depois de amplamente examinados os mencionados documentos e prestados os esclarecimentos solicitados, pelos senhores acionistas, o Sr. Presidente colocou a matéria em votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade, abstenção de votar os legalmente impedidos. Diante da manifestação do plenário, o Sr. Presidente proclamou que o Relatório da Diretoria Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1969 haviam sido aprovados sem qualquer restrição. Passando ao item "D" da Ordem do Dia, o Sr. Presidente pediu à Assembléia que procedesse a eleição dos membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal para o presente exercício. Confeccionadas as chapas e procedida a eleição, a apuração ofereceu o seguinte resultado: — 1o.) Iris Pedro de Oliveira, brasileiro, casado, funcionário público, residente à Avenida Senador Lemos n. 82

Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade n. ... (15.384(MG); 2o.) Raymundo Lino Dias, brasileiro, casado, economista, residente à Avenida Conselheiro Furtado n. 1.948 — Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade Profissional n. 059 (Conselho Regional de Economistas do Pará); 3o.) Daniel Kitchi Sawaki, brasileiro, casado, economista, residente à Rua Farias de Caldas Brito n. 114 — Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade n. ... 368.585 (PA); Suplentes: — 1o.) José Ribamar Rodrigues Sizo, brasileiro, solteiro, economista, residente à Rua Antonio Barreto n. 1.052 — Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade n. 492.188(PA); 2o.) Robles Azzi, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Boaventura da Silva n. 1.430, Apto. 101 — Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade n. 48.687(GO); 3o.) Orlando dos Anjos Silva, brasileiro, casado, economista, residente à Travessa Caldeira Castelo Branco n. 1.462 — Belém — Estado do Pará — Cart. de Identidade Profissional n. 029 (Conselho Regional de Economistas do Pará). Em seguida o Sr. Presidente considerou empossados os membros do Conselho Fiscal. Prosseguindo o Sr. Presidente pediu à Assembléia que fixasse os honorários dos membros do Conselho Fiscal, havendo os presentes deliberado a mesma remuneração do exercício anterior. O Sr. Presidente, passando à parte final da pauta, esclareceu aos presentes que esta Assembléia, embora dita Ordinária, realiza-se, como efetivamente é realizada, com o caráter de Extraordinária, pois, por motivos alheios à vontade da

Diretoria, não foi possível concretizá-la, dentro do prazo estabelecido em lei. Por outro lado, solicitou a manifestação da Assembléia sobre a duração do mandato da atual Diretoria, porque, de acordo com a Escritura Pública de Constituição da Sociedade, lavrada às fls. 41/50v. do livro 126, do Cartório do 5o. Ofício, da Comarca de Goiânia Estado de Goiás, houve uma nomeação de Diretores, e conseqüente posse, sem alusão à duração do mandato da mesma. Ante o fato, após os esclarecimentos solicitados pelos acionistas participantes da Assembléia, sem discrepância de votos, ficou definido que o mandato da atual Diretoria, na forma do estatuído no Art. 11, combinado com o parágrafo primeiro do mesmo artigo, terminará, precisamente, no dia da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1972, objetivando, assim, a coincidência estatutária. Esgotada como se achava a Ordem do Dia, o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição dos presentes, e como ninguém se manifestasse, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada foi por todos assinada, encerrando-se em seguida a sessão. Belém, Pa. 12 de agosto de 1970. (a) Arly Carvalho Trindade — Presidente (a) Ademar Mariano Ribeiro — Secretário, (a) Ronan Ribeiro Mariano, (a) Dulce Ribeiro Alves, (a) Raul Mariano Alves, (a) Petrônio Trindade, (a) José Maria Trindade. A presente cópia autêntica da Ata da Reunião Extraordinária da Assembléia Geral lavrada às folhas 6 e 7 do livro competente, con-

fere com o original.

a) **Ronan Ribeiro Mariano**
Diretor Administrativo

Junta Comercial

Emolumentos: Cr\$ 10,00
(dez cruzeiros).

Belém, 24 de agosto de 1970.

a) **SAMUEL**, o funcionário.

Cartório Chermont

Reconheço a firma supra de
Ronan Ribeiro Mariano.

Belém, 24 de agosto de 1970.

Em testemunho Z.V. da verdade.

ZENO VELOSO

Tabelião Substituto

Junta Comercial do

Estado do Pará

Esta Ata em 5 vias foi apresentada no dia 24 de agosto de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de mesma data contendo 2 folhas de ns. 3048-49, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3228/70. E para constar eu, **Carmen Celeste Tenreiro Aranha**, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 24 de agosto de 1970.

O Diretor: **OSCAR FACIOLA**
(Ext. — Reg. n. 3028 —
Dia: 27/08/70).

MARQUES PINTO, EXPORTAÇÃO S.A.

Ata da reunião de Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 1970.

As vinte horas do dia trinta de julho de mil novecentos e setenta (1970), na sede social, à rua Senador Lameira Bittencourt, n. 314, reuniram-se os acionistas de **Marques Pinto, Exportação S.A.** para deliberarem sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1969 e outros assuntos conforme anúncio publicado nos Diários Oficiais do Estado de ns. 21.829 e 21.831, de 21 e 23 do corrente.

Havendo número legal de acionistas, foi instalada a reunião sob a Presidência do Diretor e Presidente da Assembléia Geral, sr. **Bivar Serrano**, que convidou para servirem como secretários os acionistas **João Vieira Cardoso** e **Agnelo Loureiro da**

Silva. Iniciados os trabalhos, o sr. Presidente solicitou ao lo. Secretário que procedesse a leitura do Edital de Convocação, antes aludido, o que foi feito, tendo o seguinte teor:

Marques Pinto, Exportação S.A.

Assembléia Geral Ordinária — Convocação —

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade para a Assembléia Geral Ordinária a se realizar na sede social, à rua Senador Lameira Bittencourt, n. 314, nesta cidade, às 20 horas do dia 30 do corrente, para deliberarem sobre:

a) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço do Ativo e Passivo, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1969;

b) Eleição da Diretoria para o Triênio 1970/1973 e fixação de seus honorários;

c) Eleição do Presidente da Assembléia Geral;

d) Eleição do Conselho Fiscal e seus Suplentes;

e) O que ocorrer.

Santarém, 14 de julho de 1970.

aa) **Bivar Serrano**

Diretor

João Vieira Cardoso

Vice Diretor

Passando à ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou fossem lidos ao plenário o Relatório da Diretoria, Balanço Geral encerrado em 31/12/69, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, documentos esses publicados com a observância das apreciações legais no Diário Oficial do Estado, edição de 28/07/1970. Após a leitura dos documentos acima, submeteu-se o sr. Presidente à discussão e posterior votação, tendo se verificado a sua aprovação por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos.

A seguir o sr. Presidente dando fundamento aos trabalhos e em obediência à ordem do dia, determinou se processasse a eleição da Diretoria para o período de 1970/73 com a fixação de seus honorários. Lembrou o

sr. Presidente que, existem duas vagas abertas na Diretoria para cargo de Vice-Diretor, a pessoa que achava mais indicada no momento para ocupar uma delas, seria a sra. **Matilde Wallace Serrano**, maior acionista desta sociedade, com exercício na Filial de Belém, onde na maioria das vezes fica sem uma representante da firma para resolver assuntos de seu interesse. Esta indicação foi submetida à apreciação dos acionistas, que concordaram plenamente.

Em seguida foi procedida a eleição e apurados os votos, verificou-se a reeleição dos membros antigos e eleição da sra. **Matilde Wallace Serrano** para Vice-Diretora, ficando a Diretoria assim constituída:

Bivar Serrano

Diretor

João Vieira Cardoso

Vice Diretor

Filomena das Chagas Branco

Vice Diretora

Matilde Wallace Serrano

Vice Diretora

Propôs então o sr. Presidente que os honorários da Diretoria fossem alterados, pois vinha recebendo constantes reclamações de seus membros, da impossibilidade de continuarem a se manter com o atual pró-labore, uma vez que se verifica o sempre progressivo aumento do custo de vida e que de acordo com o Capítulo III, Artigo 12., dos Estatutos Sociais, publicados no Diário Oficial do Estado do Pará, em 4/8/53, pedia fosse feita a fixação dos mesmos pela digna Assembléia. Colocada em votação esta proposta foi a mesma aprovada por unanimidade, deixando de votar os impedidos por lei, decidindo a Assembléia fixar a partir do mês de julho de 1970, os seguintes honorários mensais para a Diretoria:

Diretor Cr\$ 1.200,00
Vice-Diretores " 1.000,00

Ainda a seguir, o sr. Presidente pediu fosse feita a eleição do Presidente da Assembléia Geral de acordo com o item c) da convocação, o que foi feito e colhidos os resultados, verificou-se a

reeleição do Diretor **Bivar Serrano** para aquele cargo, sendo logo considerado empossado.

Dando prosseguimento à Ordem do dia, determinou o sr. Presidente o procedimento da eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o período 1970/71 de acordo com o item d) da Convocação. Após a eleição dos votos, foi constatada a reeleição dos seguintes: **Manoel de Jesus Moraes**, **Agnelo Gomes Loureiro da Silva** e **Vicente del Quercia Miléo**, para membros efetivos e **Aderbal Tapajós Cae-tano Corrêa**, **Osmar Loureiro Simões** e **Antonio Santana de Vasconcelos**, para suplentes, os quais o sr. Presidente declarou desde logo empossados.

Como ninguém mais fizesse uso da palavra, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos às 22,15 horas.

E, para constar, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Santarém, 30 de julho de 1970.

aa) **Bivar Serrano**

João Vieira Cardoso

Joaquina Tavares Rebelo

Agnelo Gomes Loureiro da Silva

Matilde Wallace Serrano

pp. de **Daniel Queima Coelho de Souza** — **Agnelo Gomes Loureiro da Silva**

Confere com o original:

a) **Filomena das Chagas Branco**

Auxiliar de Escritório

Visto:

a) **João Vieira Cardoso**
Vice-Diretor

Junta Comercial

Emolumentos: Cr\$ 10,00

Belém, 1970.

a) **Samuel**, o funcionário

Junta Comercial do

Estado do Pará

Esta Ata em 5 vias foi apresentada no dia 6 de agosto de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 07 do mesmo, contendo 2 folhas de ns. 1063-84, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3050/70. E para constar eu,

Carmen Celeste Tenreiro A. nha, Primeiro oficial, faz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 07 de agosto de 1970. O Diretor: OSCAR FACIOLA (Ext. — Reg. n. 2989 — Dia: 27.08.70).

LEITE INDUSTRIA E COMERCIO S. A.
Assembleia Geral Extraordinária
CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 30 do corrente mês, às 18 horas em sua sede social sito à rua 15 de Novembro n. 153, nesta Capital, para deliberarem sobre o seguinte:

a) Transformação da Sociedade Anônima e consequente alteração dos Estatutos Sociais.

b) O que ocorrer
Belém, 22 de agosto de 1970.
A DIRETORIA
(Ext. Reg. n. 3045 — Dias — 27 e 28.8.70)

MADEIRAS ACARA S. A.
Assembleia Geral Ordinária
CONVOCAÇÃO
Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 21 de setembro de 1970, às 10 horas em sua sede social, sito à Rua Senador Manoel Barata, 937, para deliberarem sobre o seguinte: a) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; b) Eleição da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, e Fixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal; d) O que ocorrer

Belém, 27 de agosto de 1970.
a) Arnaldo Anglinoni
Diretor
(Ext. Reg. n. 3046 — Dias — 27, 28.8. e 1.9.70)

FAZENDA NOVA VIENA S. A.
C.G.C. n. 04.947.065
Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em quinze de agosto de 1970.

Aos quinze dias do mês de agosto de 1970, às 10h00 horas, à Rua Conselheiro João Alfredo, 264 — conj. 303 — 3o andar, nesta cidade de Belém, Pará, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Fazenda Nova Viena S.A., representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verificou do Livro de Presença de Acionistas, atendendo à convocação. Foi aclamado presidente da Assembleia o acionista Sr. Euclydes Aranha Netto, que convidou o acionista Sr. Sergio de Lima e Silva para secretário ficando assim constituída a mesa. Depois de declarar abertos os trabalhos, o presidente determinou ao secretário que lesse os documentos seguintes: "Proposta da Diretoria; — Srs. acionistas: — A Diretoria vem propor um aumento do capital subscrito da companhia de Cr\$ 1.581.657,00 (hum milhão, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros) para Cr\$ 1.611.657,00 (hum milhão, seiscentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros) mediante subscrição em dinheiro de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma. O aumento que visa ao cumprimento do cronograma de mobilização de recursos aprovados pela Resolução n. 342, de 11.7.69, da SUDAM, deverá ser totalmente integralizado no ato da subscrição. Os srs. acionistas poderão exercer o direito de preferência na forma da lei. Belém, 29 de julho de 1970. (aa) Euclydes Aranha Netto — Ferruccio Arri — Sergio de Lima e Silva". — "Parecer do Conselho Fiscal: — Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Fazenda Nova Viena S.A., tomando conhecimento da Proposta da Diretoria de 29 do corrente mês, relativa ao aumento do capital subscrito da companhia de Cr\$ 1.581.657,00 (hum milhão, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros) para Cr\$ 1.611.657,00 (hum

milhão, seiscentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros) median e subscrição em dinheiro, são de parecer que dita Proposta corresponde aos interesses sociais, pelo que a aprovam integralmente. Belém, 30 de julho de 1970. (aa) Luiz Simões Lopes — Fausto Madeira Easto — Luiz Herman — Hugo de Figue — Mauricio Augusto Azevedo de Almeida". A seguir o Sr. Presidente pôs os referidos documentos em discussão, e, como ninguém houvesse querido usar da palavra, submeteu-os a voto, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. Pediu então a palavra o acionista Brigadeiro Nero Moura para propor que, dado o comparecimento da totalidade dos acionistas se possibilitasse se manifestassem eles, desde logo, sobre o exercício do direito de preferência. Posta esta proposta em discussão e depois submetida a voto, foi ela também unanimemente aprovada, havendo, logo após, com exceção da Cia. Santa Irene, cada um dos demais acionistas manifestando clara e categoricamente a sua vontade de não exercer o direito em tela. O Sr. Presidente suspendeu então os trabalhos pelo tempo necessário à subscrição das novas ações e ao recolhimento da quantia subscrita aos cofres da sociedade. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente declarou terem sido integralmente subscritas e realizadas as Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) do aumento. Procedeu-se a seguir a leitura do boletim de subscrição que se achava sobre a mesa e que é do teor seguinte: — "Fazenda Nova Viena S.A. — C.G.C. 04.947.065 — Boletim de subscrição de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma. Emissão aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 1970. — N. de Ordem — Subscritor — Sede — Quant. de Ações Subscritas — Valor Cr\$ — Valor Integralizado Cr\$ — 01 — Companhia Santa Irene (aa) Euclydes Ara-

nha Netto, Diretor Presidente, Sergio de Lima e Silva, Diretor Superintendente — A margem da Rodovia Barra do Gargas e Xavantina Município de Barra do Gargas MT — 30.000 — 30.000,00 — 30.000,00 — TOTALS: 30.000 — 30.000,00 — 30.000,00 — Belém, 15 de agosto de 1970 — (a) Euclydes Aranha Netto, Diretor Presidente" Fim da leitura, declarou oficialmente o Sr. Presidente que, estando aprovado, verificado e integralizado o capital subscrito da companhia passa este a ser de Cr\$ 1.611.657,00 (hum milhão, seiscentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros) representado por 674.995 (seiscentas e setenta e quatro mil, novecentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 936.662 (novecentas e trinta e seis mil, seiscentas e sessenta e duas) ações preferenciais, umas e outras do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, o que foi feito. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida, achada conforme, e assinada por todos os acionistas, dela se extraindo cópias autênticas para os fins legais. (aa) Euclydes Aranha Netto — Sergio de Lima e Silva — Nero Moura — Euclydes Oswaldo Aranha — Ferruccio Arri — Euclydes Oswaldo Aranha, p.p. de Ricardo Alvino — Euclydes Oswaldo Aranha p.p. de Georg Mautner Markhof — Companhia Santa Irene.

Confere com o original lavrado no livro próprio.

a) Sergio de Lima e Silva
Diretor Superintendente

Cartório Kós Miranda

Reconheço a assinatura supra de Sergio de Lima e Silva.

Em sinal C.N.A.R. da verdade.

Belém, 17 de agosto de 1970
Carlos N.A. Ribeiro
Tab. Substituto

FAZENDA NOVA VIENA S. A.

C. G. C. — 04.947.065

Boletim de subscrição de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma. — Emissão aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 1970.

Nº de Ordem	Subscritor	Sede	Quant. de ações subs- critas	Valor Cr\$	Valor inte- gralizado Cr\$
01	Companhia Santa Irene	À margem da rodovia Barra do Garças a Xavantina — Mun. de Barra do Garças — MT.	30.000	30.000,00	30.000,00
		TOTAIS	30.000	30.000,00	30.000,00

Belém, 15 de agosto de 1970.

a) Sérgio de Lima e Silva
Diretor Superintendente

a) Euclides Aranha Netto
Diretor Presidente

CARTÓRIO KÓS MIRANDA — Reconheço a assinatura supra de Euclides Aranha Netto.
Em sinal, C.N.A.R., da verdade. — Belém, 17 de agosto de 1970.

(a) Carlos N. A. Ribeiro — Tab. Substituto

JUNTA COMERCIAL — Emolumentos : Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

(a) Ilegível — O Funcionário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Ata e Boletim em 4 vias foram apresentados no dia 18 de agosto de 1970, mandados arquivar por Despacho do Diretor de mesma data, contendo 4 folhas de ns. 1432/35, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3161/70. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 18 de agosto de 1970.

O DIRETOR — Oscar Faciola

(Ext. — Reg. n. 3031 — Dia 27.8.70)

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

Livro 1.117

Fls. 120

ALDO NEVES GODINHO
EscrivãoANTONIO B. SIQUEIRA
NEVES

Oficial Maior

PRIMEIRO CARTÓRIO
DE NOTAS

Primeiro Traslado de escritura de CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA.

SAIBAM quantos virem esta pública escritura, que aos QUINZE dias do mês de junho, de 1970 (mil novecentos e setenta), nesta cidade de São Paulo, em meu cartório, perante mim, Escrivão, compareceram partes entre si justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, a saber: — 1 — GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, empresário, residente à Rua Banibas, 263, nesta Capital; 2 — FÁBIO TEIXEIRA DE CARVALHO, brasileiro, desquitado, empresário, pecuarista, residente à Rua São Carlos do Pinhal, 345 — 2º andar, nesta Capital; 3 — GERALDO

DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR, brasileiro, solteiro, maior, advogado, empresário, residente à Rua Banibas, 263, nesta Capital; 4 — MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Rua Banibas, 263, nesta Capital; 5 — MARINA GLAUCE TORRES DE ANDRADE CARVALHO, brasileira, solteira, maior, estudante, residente à Rua Banibas, 263, nesta Capital; 6 — RUI MACEDO SAPORITI, brasileiro, casado, industrial, residente à Alameda Jauaperi, 173, nesta Capital; 7 — VICTÓRIO TOMAÇO, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente à Rua Carlos do Carmo, 1321, nesta Capital; 8 — ERNESTO HAYASHIDA, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, residente à Rua A. n. 19, Vila Pequeno-Butantã, nesta Capital, todos domiciliados nesta cidade de São Paulo. — Os presentes meus conhecidos e reconhecidos por mim, Escrivão, e das testemunhas nomeadas e a seguir assinadas das quais dou fé. E então, pelas outorgantes e reciprocamente

outorgados, falando cada um por sua vez, sempre na presença das mesmas testemunhas, me foi dito o seguinte: 1) — Que, entre si, os outorgantes e reciprocamente outorgados têm justo e contratado, constituir, como de fato constituído tem uma Sociedade Anônima sob a denominação de COBRASA — COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS S/A., de capital autorizado, com sede e fóro na cidade de Belém. Estado do Pará, à Avenida Independência, 1.045. 2) — Que o capital autorizado é de Cr\$ 8.000.000,00, (Oito milhões de cruzeiros), divididos em 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias ou preferenciais no valor de Cr\$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma. — 3) — Que o capital retro referido, representa o capital autorizado da empresa constituída, sendo 1.252.450 (Hum milhão, duzentas e cinquenta e duas mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias, subscritas e integralizadas neste ato, da seguinte maneira: — A) — O Sr. FÁBIO TEIXEIRA DE CARVALHO, subscree-

ve e integraliza 1.248.450 ações ordinárias, no valor de Cr\$ 1.248.450,00 — (Hum milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) — mediante a conferência de sua parte de 100% (cem por cento) nos bens descritos e avaliados no laudo exarado pelos Srs. Peritos nomeados pelos ora acionistas da empresa, e a seguir transcrito: — B) — O Sr. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, subscreeve 500 ações ordinárias, no valor de Cr\$ 500,00 — (Quinhentos cruzeiros) — em moeda corrente nacional; — C) — O Sr. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR, subscreeve 500 ações ordinárias, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros); — D) — MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO, subscreeve 500 ações ordinárias no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros); — E) — MARINA GLAUCE TORRES DE ANDRADE CARVALHO, subscreeve 500 ações ordinárias no valor de Cr\$ 500,00 — (Quinhentos cruzeiros); — F) — RUI MACEDO SAPORITI,

subcreve 1.000 ações ordinárias no valor de Hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00); — G) — VICTÓRIO TOMAO, subcreve 500 ações ordinárias no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros); — H) — ERNESTO HAYASHIDA, subcreve 500 ações ordinárias no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros); — 4) — Que os bens entregues em conferência de capital foram avaliados pelos Srs. JOSÉ AFONSO CABRAL DIAS, brasileiro, casado, técnico em contabilidade residente à Rua Aurélio, 1.371 — apto. 41 — São Paulo-SP; NILO RENDA, brasileiro, casado, agrimensor, residente à Rua Floriano Peixoto, 1.206, na cidade de Lins; LINCOLN CORREIA DE PAULA, brasileiro, casado, economista, residente à Rua Don Silvério Pimenta, 35 — São Paulo, nomeados pela unanimidade de sócios, sendo este do seguinte teor: — "LAUDO DE AVALIAÇÃO"; — Nós, os abaixo assinados, Peritos avaliadores, nomeados pelos senhores constituintes da COBRASA — COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS S/A., para procedermos à avaliação dos bens a serem conferidos à referida Sociedade Anônima, em organização, pelo subscritor Senhor Fábio Teixeira de Carvalho, para integralização das ações que está subcrevendo nesta Sociedade, procedemos a cuidadoso exame dos referidos bens, e, assim, constatamos que o mencionado subscritor é possuidor, dos seguintes bens, dos quais constatamos a existência e passamos a descrever: Uma área, desmembrada de glebas havidas por Escrituras Públicas de 7 de julho de 1967, lavradas nas notas do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, respectivamente transcritas no Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, às fls. 90 do livro 3-Q, sob o n. 11.373, devidamente cadastrada no IBRA sob n. 42-02-010-50.176, e 42-02-010-50.163, que assim se descreve e confronta: Com a superfície de 24.969 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e nove) hectares, tendo

a configuração de um polígono irregular formado por dois lotes e parte de um terceiro, que assim se descrevem: Primeiro — Um lote de terras situado no Município de Luciana, antigo Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, o qual tem a configuração de um retângulo e a superfície de 9.990 hectares, achando-se os respectivos marcos colocados, o 1º na mata, nos limites das terras de Vitoriano Pinto Godoy ou sucessores e terras de Lino José da Silva ou sucessores, o 2º, na mata, nos limites das terras de Lino José da Silva e terras de Antonio Paulo da Silva, distante 8.000 metros do 1º, ao rumo de 0º 00' N; o 3º na mata, nos limites das terras de Antonio Paulo da Silva e terras de Francisco Rodrigues da Silva, distante 12.500 metros do 2º ao rumo de 90º 00' NE; o 4º, também na mata, nos limites das terras de Francisco Rodrigues da Silva e terras de Vitoriano Pinto de Godoy ou sucessores, distante 8.000 metros do 3º; ao rumo de 0º 00' S, e a 12.475 metros do 1º, ao rumo de 90º 00' NW; Segundo: Um lote de terras com a área de 9.989 (nove mil, novecentos e oitenta e nove) hectares, o qual tem a configuração de um retângulo, achando-se os respectivos marcos colocados; o 1º na mata, nos limites das terras de Ana Alexandrina Gomes e nos das terras de Julio Rodrigues da Silva; o 2º, também na mata, nos limites das terras de Julio Rodrigues da Silva ou sucessores e nos das terras de Zenil Jaci da Silva ou sucessores, distante 8.000 metros do 1º ao rumo de 0º 00' N; o 3º na mata, nos limites das terras de Zenil Jaci da Silva ou sucessores e nos das terras de Maria Laurinda de Arruda, distante 12.500 metros do 2º, ao rumo de 90º 00' NE; o 4º, também na mata, nos limites das terras de Maria Laurinda de Arruda e nos das terras de Paulina Rodrigues Marcoshi, distante 8.000 metros do 3º, ao rumo de 0º 00' S e a 12.472 metros do 1º marco ao rumo de 90º 00' NW, dividindo neste alinhamento com terras de Ana Alexandrina Gomes e terras de Paulina Rodrigues

Marcoshi; Terceiro; parte de um lote situado no Município de Luciana, Estado de Mato Grosso, o qual tem a forma de um polígono retangular, achando-se os respectivos marcos colocados: o 1º na mata, nos limites das terras de Belino do Carmo, o 2º na mata, nos limites das terras de Belino do Carmo e terras de Zenil Jaci da Silva ou sucessores, distanciando 6.245 metros do 1º marco, ao rumo de 90º 00' NE, o 3º na mata, nos limites das terras de Zenil Jaci da Silva ou sucessores e terras de Julio Rodrigues da Silva ou sucessores, distante 8.000 metros do 2º marco, ao rumo de 0º 00' S, e 4º, na mata, nos limites das terras de Julio Rodrigues da Silva ou sucessores, distante 6.230 metros do 3º, ao rumo de 90º 00' NW; e 8.000 metros do 1º, ao rumo de 0º 00' N. Constatamos ainda, que a área da gleba é composta de matas virgens, a região de uma maneira geral, excelente para criação de gado bovino, e as matas virgens ricas em madeiras de lei, onde encontra-se as melhores espécies, como convém também esclarecer que existem muitas aguadas tornando assim, a gleba rica do precioso líquido, indispensável à criação de gado. — Verificamos que passa bem próximo à gleba o traçado da BR-80, uma das vias estratégicas para a ocupação da Amazônia, cuja picada se acha aberta, seguindo-se as formações de sua rápida construção, o que muito beneficiará e valorizará a referida gleba. Avaliamos este imóvel no valor de Cr\$ 1.248.450,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros). — Sendo assim cumprido a incumbência que nos foi confiada, assinamos o presente laudo, ao mesmo tempo que nos colocamos inteiramente à disposição dos Senhores interessados, para quaisquer esclarecimentos que se faça necessário. São Paulo, 11 de junho de 1970. a.a. José Cabral Dias, Lincoln Correia de Paula e Nilo Renda. DA DENOMINAÇÃO, DO PO E DURAÇÃO — Artigo 1º

Sob a denominação de COBRASA — COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS S/A. fica constituída uma sociedade anônima com sede e fôro em Belém, Estado do Pará, que se regerá por estes estatutos e pelas leis em vigor. PARÁGRAFO ÚNICO. Observadas as prescrições legais e regulamentares, aplicáveis à critério e por deliberação da diretoria, e, mediante as autorizações que previamente se fizerem necessárias, poderão ser instalados seus escritórios, agências, filiais, sucursais. Artigo 2º — O prazo de duração da Sociedade, é por tempo indeterminado. CAPÍTULO II — OBJETO E FINALIDADE. — Artigo 3º — Tem a Sociedade por objetivos: 1º — A atividade de colonização agrária, incluindo os setores agrícolas, pecuário e a industrialização e comércio de tais produtos e sub-produtos; 2º — A pesquisa e a experimentação no setor agropecuário sob a orientação de profissionais especializados visando a adoção de procedimentos tecnicamente recomendáveis; 3º — A representação de bens, matérias primas, máquinas e utensílios agrícolas, de indústria rural; 4º — Outras atividades de qualquer natureza, consideradas pela Diretoria necessárias a obtenção dos objetivos sociais acima apresentados, inclusive exportação e importação, e participação em capital de outras sociedades. — PARÁGRAFO ÚNICO: — As atividades na empresa se restringirão àquelas consideradas de interesse para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia nos termos das Leis nos 3.995 de 14.12.61, 4.216 de 6.5.1963, 2.239 de 27.6.1955. Lei n. 4.357 — artigo 14º. CAPÍTULO III — CAPITAL E AÇÕES. — Artigo 4º — O Capital Social autorizado, nos moldes do artigo 45 da Lei n. 4.728 de 14 de julho de 1965, é de oito milhões de cruzeiros — (Cr\$ 8.000.000,00), — dividido em 8.000.000 — (oito milhões), de ações de Cr\$ 1,00 — (Hum cruzeiro) — cada uma. — Parágrafo 1º — O capital subscrito é de Cr\$ 1.252.450,00 — (Hum milhão, duzentos e cinquenta e

dois mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros), já tendo sido integralizado Cr\$ 1.248.850,00 — (Hum milhão, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros), sendo o restante a integralizar, correspondente a parte subscrita em moeda corrente nacional, integralizado em até 1 (hum) ano em chamadas a critério da Diretoria. Artigo 5º — A Sociedade poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais; estas últimas gozarão os seguintes privilégios: a) — prioridade no reembolso do Capital Social, sem direito a prêmio na hipótese de liquidação da sociedade; b) — prioridade na distribuição do dividendo anual, cumulativo, de 6%, sobre o seu valor nominal, a partir do exercício indicado pelo projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, com participação nos lucros remanescentes que forem distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurado a estas o dividendo de 6% ao ano sobre o seu valor nominal; c) — Resgate após 5 anos da data da sua subscrição na forma que for estipulada pela Assembleia Geral que autorizar o resgate. — Parágrafo 1º: — As ações que forem subscritas com o capital de corrente de estímulos fiscais serão obrigatoriamente nominativas, intransferíveis e não resgatáveis por 5 (cinco) anos, contados da data da sua subscrição. Destas ações 50% (cinquenta por cento) pelo menos deverão ser preferenciais e sem direito a voto. Parágrafo 2º — A emissão e integralização das ações que completam o capital autorizado será feita em até 12 anos contados de 11 de junho de 1970, fixando a Diretoria a ocasião da emissão de cada série de ações, e devendo a sua integralização corresponder ao valor total de cada ação emitida. Parágrafo 3º — A emissão e colocação de ações correspondentes ao remanescente do capital autorizado será feita por deliberação da Diretoria, após prévia audiência do Conselho Fiscal. Parágrafo 4º — Na emissão e colo-

cação das novas ações não haverá preferência para os acionistas da Sociedade, ressalvada entretanto, a hipótese do parágrafo 3º do artigo 46 da Lei n. 4.728 de julho de 1965. Parágrafo 5º — A emissão das ações será sempre feita com integralização mínima de 10% (dez por cento) de seu valor devendo o saldo ser integralizado no prazo máximo de 1 (hum) ano, em chamadas a Critério da Diretoria. Parágrafo 6º — As ações serão indivisíveis em relação a Sociedade. Parágrafo 7º — A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações da Assembleia. Artigo 6º — Fica facultado a Sociedade a expedição de cautelares as quais, satisfeitos os requisitos legais representarão as ações. Parágrafo 1º — As ações, mediante solicitação dos acionistas interessados, poderão ser substituídas por títulos múltiplos, e esses por sua vez, desdobrados novamente. Parágrafo 2º — Tanto as cautelares representativas das ações, como os títulos definitivos, conterão, além das declarações exigidas em lei, as assinaturas de dois Diretores. Parágrafo 3º — A emissão das cautelares representativas das ações ou destas próprias obedecerá ao prescrito no Decreto Lei n. 2.697 de 26 de setembro de 1940, inclusive no tocante ao disposto no artigo 23. — CAPÍTULO IV — DA ADMINISTRAÇÃO: — Artigo 7º — A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 3 (três) membros, sendo: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor Executivo, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos individualmente. — Artigo 8º — Cada Diretor caucionará a sua gestão com 10 (dez) ações da sociedade, antes de entrar no exercício de suas funções. — Parágrafo 1º — A investidura do cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, devendo ser assinado pelo Diretor Empossado. Parágrafo 2º — Os Diretores serão remunerados pela forma estabelecida

na Assembleia Geral. Artigo 9º — O presidente e o Diretor Executivo serão substituídos em suas faltas, ausências ou impedimentos, um pelo outro. Artigo 10: — No caso de vaga por morte, renúncia ou qualquer outro motivo legal, a substituição se fará por indicação do Presidente, ressalvada a convocação da Assembleia Geral para eleição de substitutos. — Parágrafo único: — Em qualquer caso de substituição, o eleito exercerá o cargo pelo tempo que faltava ao substituído. Artigo 11: — O Diretor Financeiro e o Diretor Executivo, no caso de faltas, ausências ou impedimentos, serão substituídos pelo Diretor Presidente. Artigo 12: — A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais. — Parágrafo único: — Todos os atos que importem em responsabilidade para a sociedade ou envolvam o patrimônio social, devem conter, obrigatoriamente a assinatura de dois Diretores, sendo uma delas a do Presidente. Artigo 13: — Compete ao Diretor Financeiro: — a) — representar a sociedade em juízo ou fora dele prestar ou aceitar caução ou fianças nos interesses exclusivos da sociedade, nomear agentes ou representantes e procuradores; b) — gerir a sociedade, usando para isso dos poderes gerais e especiais necessários neles se incluindo o de comprar e vender, dar e receber, quitar, transferir, operar em Bancos e Companhias de Financiamentos, emitir, aceitar, endossar, descontar e caucionar conforme for o caso, ordens, cheques, duplicatas, letras de câmbio, promissórias, conhecimentos de depósitos ou quaisquer outros títulos de crédito; — c) — contrair obrigações fora das acima mencionadas, inclusive as de financiamento e empréstimo em especial com o Banco da Amazônia S/A. (BASA) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), representar a sociedade em quaisquer repartições da administração centralizada ou descentralizada, federal, estadual e municipal; d) — constituir garantia de caráter real; e) — ter a seu cargo o paga-

mento dos tributos e impostos que estiver sujeita a sociedade; f) — secretariar as reuniões da Assembleia Geral. Diretoria e Conselho Fiscal e promover a legislação das respectivas atas. — Artigo 15: — Compete ao Diretor Executivo as atribuições que lhes forem determinadas pela Diretoria. Parágrafo único: — A Diretoria manterá permanentemente na Fazenda um dos Diretores. CAPÍTULO V: — DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS: — Artigo 16: — A Assembleia Geral dos acionistas, é o órgão soberano da Sociedade e tem os poderes e atribuições que lhes são conferidos por lei, a qual regerá, também, a sua forma de instalação. — Artigo 17: — As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a elas competirá examinar, discutir, e deliberar sobre o Relatório e Contas da Diretoria, Balanços, Parecer do Conselho Fiscal e fixar a remuneração daqueles Órgãos Societários. Parágrafo Único: — As Assembleias Gerais Extraordinárias, realizar-se-ão quando regularmente convocadas para os fins previstos em lei. — Artigo 18: — As Assembleias Gerais serão instaladas pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência por qualquer um dos Diretores, o qual, depois de aberta a sessão, passará a direção dos trabalhos ao acionista que for eleito para presidir, constituindo-se a mesa dirigente com mais um secretário por este convidado. CAPÍTULO VI — DO CONSELHO FISCAL: — Artigo 19: — A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de três membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Extraordinária, que lhes fixará igualmente a remuneração. — Artigo 20: — O Conselho Fiscal tem as atribuições e poderes estabelecidos em leis. — Artigo 21: — Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos suplentes mais votados ou em igualdade de condições pelos mais idosos. — CAPÍTULO VII — DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS: — Artigo 22: — O exercício financeiro da Socie-

dade coincidirá com o ano civil, exceto na hipótese a seguir estipulada: Parágrafo Único: — O período de tempo compreendido entre a constituição da Sociedade e 31 de dezembro de 1970, não será objeto de balanço. — O primeiro balanço englobará o ano de 1971, e aquele interstício de tempo, considerando-se como primeiro exercício social e financeiro da Sociedade, e conjunta de suas atividades até 31 de dezembro de 1971. — Artigo 23: — No fim de cada exercício social, será procedido o balanço geral sem observância das prescrições legais e o lucro apurado após as amortizações e deduções permitidas terá a seguinte destinação: a) — 5% (cinco por cento) para constituição de um fundo de reserva destinado a assegurar a integridade do capital social, que se limitará a 20% do capital social, no máximo. b) — 10% (dez por cento) do lucro líquido para ser distribuído como participação aos seus empregados, sendo 30% sob a forma de gratificação e 70% destinados a assistência social; na distribuição dos 30% de gratificação deverá ser observado o salário percebido pelo empregado e o tempo de serviço deste na empresa. Artigo 24: — Não é permitido o uso de denominação social, em atos gratuitos ou de favor, tais como fianças, endossos, abonos, avais e quaisquer outras finalidades não previstas no objeto social. Não se inclui nesta Proibição aqueles atos que envolvam reciprocidade ou interesse indireto da Sociedade. — Artigo 25: — A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembléia Geral determinar o modo como se procederá a liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período da liquidação, e fixar a remuneração de ambos. — Artigo 26: — A Sociedade emitirá ações de confirmação de com as prescrições legais e regulamentares, adaptando os presentes estatutos à medida que isto se fizer necessário para execução de projetos aprovados pela Superintendência

do Desenvolvimento da Amazônia e quaisquer outras exigências das autoridades competentes. — Artigo 27: — Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente. — Artigo 28: — A empresa manterá placa no local do empreendimento e à vista do público mencionando a colaboração recebida de acordo com o modelo e especificações estabelecidos pela SUDAM, bem como toda publicidade que fizer de seu empreendimento mencionará a colaboração recebida deste órgão. — Artigo 29: — Ficam eleitos para Diretor Presidente, Sr. FÁBIO TEIXEIRA DE CARVALHO, e para Diretor Financeiro, GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, para Diretor Executivo, GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR — todos, retro qualificados, e, para membros do Conselho Fiscal-Efetivos, Sr. WALTER MUNIR AZAR brasileiro, casado, comerciante, empresário, residente à Rua Purpurina, 524, São Paulo-SP. — JOÃO BENTO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 710, na Cidade de Lins Estado de São Paulo, TALITA LAH SILVA KOBAYASHI brasileira, solteira, maior, advogada, residente e domiciliada à Rua Apinagés, 1.307, São Paulo-SP, e como membros Suplentes: — ABELARDO CARNEIRO VILLELA, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua São Bento, 279 — 9º andar, conj. 901; MARCELO ANTONIO PIVA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Francisco Leitão, 82, apto. 52 na Capital do Estado de São Paulo; VICENTE DE MORAIS MELLO, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Hadock Lobo, 1.584, 6º. Consideram-se empossados no ato os membros eleitos para os cargos retro fixados e dá-se como constituída a referida Sociedade Anônima, para todos os fins de direito. — 7º) — Apenas os Diretores recebem honorários de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), reajustáveis na proporção de alteração do salário

recebendo os Membros do Conselho Fiscal em efetivo exercício remuneração anual equivalente a 1/3 do maior salário mínimo vigente. — 8º) — Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, foi-me apresentada a guia de recolhimento feita no Banco do Brasil S/A. — São Paulo — Agência do Centro, do seguinte teor: — CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA. — Dr. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, na qualidade de fundador da firma COBRASA — COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS S/A. com sede em Belém, Estado do Pará, à Avenida Independência, 1.045, em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto-Lei 5.956 de 1.11.1943 deposita no Banco do Brasil S/A., a importância de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), proveniente de quantias que recebeu dos subscritores para constituição de seu capital em Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e, para os fins previstos no parágrafo 2º do referido artigo 1º, menciona a seguir os nomes dos subscritores, domicílios e cotas respectivas: Capital subscrito — Depósito — 1. — Dr. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, Rua Banibas, 263 — 500,00 — 50,00 — 2. — Dr. GERALDO DE A. CARVALHO JR., Rua Banibas, 263 — 500,00 — 50,00 — 3. — MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO, Rua Banibas, 263 — 500,00 — 50,00 — 4. — MARINA GLAUCE TORRES DE A. CARVALHO, Rua Banibas, 263 — 500,00 — 50,00 — 5. — RUI MACEDO SAPORITI, Alameda Jauaperi, 173 — 1.000,00 — 100,00 — 6. — VICTORIO TOMAO, Rua Coronel Diogo, 1.321 — 500,00 — 50,00 — 7. — ERNESTO HAYASHIDA, Rua A, n. 19, Vila Rio Pequeno — 500,00 — 50,00 — TOTAL: — 4.000,00 — 400,00. — São Paulo, 12 de junho de 1970 (a) T S Kobayashi. — P.P. Dr. Geraldo de Andrade Carvalho. — (Em carimbo). Recebemos a importância supra, nos termos desta guia. Banco do Brasil S/A. — S. Paulo (Centro) — Seção de Depósitos A

vulsos. (Rubricas legíveis). — Alayr Garcia — Ck. Exec. Subst. — Ubirajara Tavares — Caixa-Executivo. — Banco do Brasil S/A. Centro — São Paulo — 12 JUN 70 — Liquidado conforme autenticação mecânica — Ubirajara (autenticação mecânica): — BRASIL — 04.70.JUN.12-400,00 — D17M. — Pelos outorgantes e outorgados GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, FÁBIO TEIXEIRA DE CARVALHO, GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR, MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO, MARINA GLAUCE TORRES DE ANDRADE CARVALHO, RUI MACEDO SAPORITI, VICTORIO TOMAO, ERNESTO HAYASHIDA, me foram apresentadas as Carteiras de Identidade R.R. Gs. nºs 345.097 — 3.856.662 — 328.380 — 1.497.917 — 4 154.511 — 3.612.918 — 2.189.101 — 3.313.130, respectivamente. — Finalmente pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, na presença das mesmas testemunhas, me foi dito, que aceitavam a presente escritura em seus expressos termos. — E, de como assim o disseram do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei a presente escritura, a mim hoje distribuída, a qual sendo-lhes lida, aceitam e assinam com as mesmas testemunhas que são: Rooney de Conti e Luís Roberto Rhein De Valle, brasileiros, casados, funcionários de cartório, meus conhecidos, residentes e domiciliados nesta Capital, respectivamente à Rua Uruguaiana, n. 431, apto. 3 e à Travessa Nader, n. 25, portadores das Carteiras de Identidade R.G. nºs 2.622.063 e 2.332.263 respectivamente. — Eu, ANTONIO PAULO SIQUEIRA NEVES, escrevente habilitado a lavrar, e declaro em tempo que Geraldo Andrade de Carvalho, supra qualificado, é neste ato representado por seu bastante procurador Geraldo de Andrade Carvalho Jr. supra qualificado, nos termos da procuração do 9º Ofício desta Capital, livro 610, fls. 5, que será arquivado nestas notas. Lido este em tempo perante as partes e as testemunhas acharam-no conforme. — Eu.

ANTONIO PAULO SIQUEIRA NEVES, escrevente habilitado, a lavrei. — Eu, ALDO NEVES GODINHO, Escrivão, a subcrevi. — (a.a.) FÁBIO TEIXEIRA DE CARVALHO. — GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR. — MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO. — MARINA GLAUCE TORRES DE ANDRADE CARVALHO. — RUI MACEDO SAVORITI. — VICTÓRIO TOMAO. — ERNESTO HAYASHIDA. — ROONEY DE CONTI. — LUIZ ROBERTO RHEIN DE VALLE. — (Devidamente selada na forma da lei). — NADA MAIS. — DOU FÉ. — Traslada na data retro. — Eu, ALDO NEVES GODINHO, Escrivão, a subcrevo e assino em público e raso.

Em testemunho A. N. G. da verdade.

Aldo Neves Godinho —
Escrivão do 1º Ofício de Notas

JUNTA COMERCIAL

Emolumentos: Cr\$ 20,00
Belém, 20 de julho de 1970

Ilegível
O funcionário

JUNTA COMERCIAL

Emolumentos: Cr\$ 230,00
Belém, 27 de julho de 1970

Ilegível
O funcionário

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA

DR. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, na qualidade de fundador da firma COBRASA — COLONIZADORA E REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS S/A, com sede em Belém, Estado do Pará, à Avenida Independência, 1.045, em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto-Lei 5.956 de 1.11.1943, deposita no BANCO DO BRASIL S/A a importância de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), proveniente de quantias que recebeu dos subscritores para constituição de seu capital em Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), e, para os fins previstos no parágrafo 2º do referido artigo 1º, menciona a seguir os nomes dos subscritores, domicílios e cotas respectivas:

1. — DR. GERALDO DE ANDRADE CARVALHO, Rua Banibas, 263 — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

2. — DR. GERALDO DE A. CARVALHO JR., Rua Banibas, 263 — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

3. — MARINA GLAUCE TORRES DE CARVALHO, Rua Banibas, 263 — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

4. — MARINA GLAUCE TORRES DE A. CARVALHO, Rua Banibas, 263 — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

5. — RUI MACEDO SAVORITI, Alameda Janaperi, 173 — Capital Subscrito: Cr\$ 1.000,00; Depósito: Cr\$ 100,00.

6. — VICTÓRIO TOMAO, Rua Coronel Diogo, 1321 — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

7. — ERNESTO HAYASHIDA, Rua A n. 19 — Vila Rio Pequeno — Capital Subscrito: Cr\$ 500,00; Depósito: Cr\$ 50,00.

TOTAL: Capital Subscrito: Cr\$ 4.000,00; Depósito: Cr\$ 400,00.

São Paulo, 12 de junho de 1.970.

P. P. Dr. Geraldo de Andrade Carvalho

RECEBEMOS a importância supra, nos termos desta guia. BANCO DO BRASIL S. A. — S. PAULO (Centro) Seção de Depósitos Diversos Alayr Garcia Cx. Exec. Subst.

Ubirajara Tavares Caixa Executivo

Banco do Brasil S. A. — Centro — São Paulo, 12 de junho de 1970. Liquidação conforme autenticação mecânica.

a) Ubirajara Tavares
Caixa Executivo

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Estes Atos Constitutivos em 4 vias foram apresentados no dia 23 de julho de 1970 e mandado arquivar por Despacho do Diretor na mesma data, contendo 6 folhas de nºs 9359-64 que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 2.870/70. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 23 de julho de 1970.

O Diretor OSCAR FACIOLA

(Ext. Reg. n. 3.013 — Dia 27/8/70).

VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ S/A.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 10 do mês de julho de 1970.

As 10,00 (dez) horas do dia 10 (dez) do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta (1970), na sede social, à Rua Quinze de Novembro número 226 (duzentos e vinte e seis), salas números 1505/7 (mil quinhentos e cinco barra sete), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se acionistas da Sociedade, em atendimento à convocação feita através de edital publicado, nos prazos legais, no "Diário Oficial" do Estado do Pará e no jornal "A Província do Pará", de circulação local, documento de seguinte teor: — "VIDROS INDUSTRIAIS DO PARÁ — Edital de Convoca-

ção — Assembléia Geral Extraordinária — Na forma dos estatutos e da lei das sociedades anônimas, convoco os senhores acionistas da Vidros Industriais do Pará S/A para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 10 de julho de 1970, às 10,00 horas, na sede social, à Rua Quinze de Novembro, n. 226, salas 1505 a 1507, com o objetivo de tratar dos seguintes assuntos: a) elevação do capital social, com incorporação de recursos oriundos de dedução do imposto de renda, de acordo com a lei 5.174/66; b) consequente reforma dos estatutos; c) eleição de um membro para preenchimento de vaga existente na Diretoria; d) o que ocorrer Belém, 24 de junho de 1970. (aa) Alberto Castello Branco Bendahan, Diretor". Inicialmente, tendo sido constatado, pelas assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas", o comparecimento de acionistas ordinários em quantidade superior à mínima exigida por lei, foi procedida à eleição do presidente da reunião, na forma estatutária, tendo sido escolhido o acionista Alberto Castello Branco Bendahan, o qual após agradecer a indicação de seu nome, convidou a mim, acionista José Luciano Castelo Branco, para secretariá-lo. Após, o presidente explicou aos presentes que o item "a" do Edital de Convocação tem origem na deliberação dos acionistas, adotada no decorrer da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do corrente ano, pela qual fôra a Diretoria autorizada a proceder às medidas necessárias à elevação do Capital Social, por etapas, de Cr\$ 8.477.166,00 (Oito Milhões, Quatrocentos e Setenta e Sete Mil e Cento e Sessenta e Seis Cruzeiros), totalmente subscrito e realizados, para até Cr\$ 12.300.000,00 (Doze Milhões e Trezentos Mil Cruzeiros), correspondendo a um aumento de até Cr\$ 3.822.834,00 (Três Milhões, Oitocentos e Vinte e Dois Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Cruzeiros), representado por até 930.472 (novecentas e trinta mil, quatrocentas e setenta e duas) ações

ordinárias, e até 2.892.362 (dois milhões, oitocentas e noventa e duas mil, trezentas e sessenta e duas) ações preferenciais de classe "A" e/ou "B", podendo referida elevação ser subscrita em bens, créditos e/ou dinheiro. Continuando sua explanação, o presidente disse que, na referida Assembléia Geral Extraordinária do dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do corrente ano, havia sido aprovada a elevação do Capital Social, com incorporação de bens, no montante de Cr\$ 784.151,00 (Setecentos e Oitenta e Quatro Mil, Cento e Cinquenta e Hum Cruzeiros), constituindo-se, portanto, aquela, a primeira etapa do mencionado processo de aumento do capital social. Finalizando, o presidente declarou que a segunda etapa desse processo seria realizada no decorrer da presente reunião, através da subscrição, por pessoas jurídicas, de recursos deduzidos de seu imposto de renda, na forma da legislação de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia e de acordo com o esquema financeiro contido no projeto industrial "VIP" aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em seguida, o presidente suspendeu a sessão, a fim de que, devidamente habilitadas, as pessoas jurídicas interessadas pudessem subscrever o boleto de subscrição emitido para tal fim. Quinze minutos após o presidente reabriu os trabalhos e comunicou aos presentes que tinha em mãos, à disposição dos mesmos, o boletim subscrito por 118 (cento e dezoito) pessoas jurídicas, através de seus representantes, totalizando 915.167 (novecentas e quinze mil, cento e sessenta e sete) ações preferenciais de classe "B" em valor de Cr\$ 915.167,00 (Novecentos e Quinze Mil, Cento e Sessenta e Sete Cruzeiros). Após, os acionistas presentes, por unanimidade, decidiram: a) aprovar, sem reservas ou restrições, o aumento de capital, atualmente de Cr\$ 9.261.317,00 (Nove Milhões, Duzentos e Sessenta e Hum Mil, Trezentos e Dezesete Cruzeiros) para Cr\$

10.176.484,00 (Dez Milhões, Cento e Setenta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Cruzeiros), através da subscrição de 915.167 (novecentas e quinze mil, cento e sessenta e sete) ações preferenciais de classe "B", em valor total de Cr\$ 915.167,00 (Novecentos e Quinze Mil, Cento e Sessenta e Sete Cruzeiros); b) aprovar, em consequência, a seguinte redação para o artigo 6º (sexto) dos estatutos sociais: "Art. 6º — Tem a Sociedade o capital de Cr\$ 10.176.484,00 (Dez Milhões, Cento e Setenta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Cruzeiros), representado por 2.918.679 (dois milhões, novecentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e nove) ações ordinárias 613.233 (seiscentas e treze mil, duzentas e trinta e três) ações preferenciais de classe "A", e 6.644.572 (seis milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil, quinhentas e setenta e duas) ações preferenciais de classe "B", c) autorizar a Diretoria a proceder às medidas necessárias à realização da terceira etapa do processo de elevação do capital social, na forma autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 26 (vinte e seis) do mês de maio do corrente ano, decisão ora ratificada pelos presentes, devendo convocar, à época oportuna, os integrantes da Sociedade para, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovar a referida etapa do processo de aumento do capital social. Em seguida, os acionistas presentes elegeram o Sr. José Luciano Castelo Branco, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade n. 18872 expedida pela Secretaria de Polícia do Estado do Ceará, para exercer as funções de Diretor Administrativo da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foi a palavra pelo presidente franqueada a quem dela quisesse fazer uso, e como nenhum dos presentes, a solicitasse, foi a sessão pelo presidente novamente suspensa, desta vez para que fôsse lavrada, no livro próprio, a ata dos trabalhos,

após o que, reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e, depois de encerrada pelo presidente da Assembléia Geral Extraordinária, assinada por todos os acionistas presentes. Belém, 10 de julho de 1970. (aa) Alberto Castello Branco Benda-han; José Luciano Castelo Branco; Jayme Barcessat; João Ruy Castelo Branco de Castro; Marcos Athias; Eliezer Athias; Wilt on Santos Brito; Construtora Paraense Limitada — CONSPARA; pp. de Newton Burlamaqui Barreira; Jayme Barcessat e Eduardo Grandi.

Confere com a ata original, lavrada no livro próprio.
João Ruy Castelo Branco
de Castro
Diretor Industrial

CARTÓRIO DINIZ

Reconheço, a firma supra de João Ruy Castelo Branco de Castro.

Belém, 24 de julho de 1970.
Em testemunho N.E.C.M. de verdade.

Ney Emil da Conceição
Messias — Escrevente Autorizado.

JUNTA COMERCIAL

Emolumentos Cr\$ 250,00 — (Duzentos e Cinquenta Cruzeiros).

Belém, 24 de julho de 1970
SAMUEL — O funcionário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta Ata em 6 vias foi apresentada no dia 11 de agosto de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 12 do mesmo, contendo 3 folhas de ns. 1194-96, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3090/70. E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 12 de agosto de 1970. O Diretor: OSCAR FACIOLA

VÍDEOS INDUSTRIAIS DO PARÁ S/A.
Rua 15 de Novembro, 226 — S/ 1505—07
BELÉM — PARÁ

Nº de Ordem	Nome do Investidor	Enderço Completo	E x e r c í c i o s			Total	Nº de Ações
			1966	1967	1968		
01 a)	ACQUAZUL ENGENHARIA S/A.	Av. Almirante Barroso, 90 — Rio de Janeiro — GB.			839,00	839,00	839
02 a)	ALBERTO MESSAGE	Emilianópolis — Presidente Bernardes — S. Paulo — SP.			257,00	257,00	257
03 a)	ANIZ RACHID TUMA	Av. Lins de Vasconcelos, 371					

04 a) — ARCO IMPORTADORA S/A.	— Pres. Bernardes, SP. ...	277,00	277,00	277
05 a) — AREMAR — ORGANIZAÇÃO DE VIAGENS LIMITADA	R. Xavier de Toledo, 137, Conj. 61 — S. Paulo — SP.	8.587,00	8.587,00	8.587
06 a) — ASAE ABIKO	R. General Osório, n. 1223 — Campinas — S. Paulo ..	2.247,00	2.247,00	2.247
07 a) — BENEFICIADORA TÊXTIL S. LEOPOLDO S/A.	R. Cel. Manoel Roberto Barbosa, 570 — S. Paulo — SP.	252,00	252,00	252
08 b) — BOHRER & CRUZ	R. Serra de Araraquara, n. 501 — Belém — S. Paulo	6.265,00	6.265,00	6.265
09 a) — CAFÉ ESPORTE LIMITADA	R. Júlio de Castilhos, Taquara — R. Grande do Sul	4.479,00	4.479,00	4.479
10 a) — CAIBA S/A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R. Catequese, 735 — Santo André — São Paulo	10.904,00	10.904,00	10.904
11 a) — CASA CHALEIRA LIMITADA	R. Siqueira Campos, 265 — Óbidos — Estado do Pará ..	3.991,00	3.991,00	3.991
12 c) — CASA MAGALHAES SUCUPIRA, TECIDOS S/A.	R. Alberto Braune, 85 — N. Friburgo — Estado do Rio	915,00	915,00	915
13 a) — CASA PASSARELO DE UNIFORMES LIMITADA	Rua São Bento, n. 7 — Rio de Janeiro — Guanabara	18.629,00	18.629,00	18.629
14 a) — CÍCERO CAMPOS CASTRO FILHO	Rua Constituição, n. 30 — Rio de Janeiro — Guanabara ..	680,00	680,00	680
15 b) — COLÉGIO PAVUNA LIMITADA	R. José Paulino, n. 1014, Campinas — São Paulo	1.344,00	1.344,00	1.344
16 b) — COLÉGIO REPUBLICANO LIMITADA	Largo da Pavuna — Rio de Janeiro — Guanabara	2.540,00	2.540,00	2.540
17 a) — CIA. DE AUTOMÓVEIS CIDADE DE CAMPINAS	Av. Monsenhor Félix, 87 — Vaz Lobo, Rio de Janeiro — GB.	4.000,00	4.000,00	4.000
18 a) — CIA. MELHORAMENTOS DE GOIATUBA	Av. Imperatriz Leopoldina, 259 — Vila Nova — Campinas — S. Paulo	23.413,00	23.413,00	23.413
19 a) — CIA. PARQUE DA VARZEA DO CARMO	Av. Presidente Vargas, 615 — Goiatuba — Goiás	923,00	923,00	923
20 a) — CIA. PAULISTA DE FERRO-LIGAS	R. da Assembléia, 61-A, Centro — Rio de Janeiro — Guanabara	3.280,00	3.280,00	3.280
21 a) — CIA. PUMEX DE CONCRETO CELULAR	Av. João Ramalho, n. 2.227 — Mauá — S. Paulo	39.037,00	39.037,00	39.037
22 a) — CIA. 3 DE MAIO DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.	Av. Humberto de Campos, 124 — Ribeirão Pires — S. Paulo	12.751,00	12.751,00	12.751
23 a) — COFERMAT — CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S/A.	R. do Lavradio, n. 180 — 1º and. — R. Janeiro — GB. .	6.758,00	6.758,00	6.758
	R. Florêncio de Abreu, 315			

24 a) — CONSTRUTORA KAPLAN S.A.	— São Paulo — SP.	25.713,00	25.713,00	25.713
	R. Dr. Costa Aguiar, 698 —			
	Conj. 703, Campinas —			
	SP.			
25 a) — CARDOSO & CIA.	R. José Paulino, n. 1.053 —	15.246,00	15.246,00	15.246
	Campinas — S. Paulo ...	1.006,00	1.006,00	1.006
26 a) — CURTUME GURIAO S.A.	R. Conceição n. 123 — Belém	1.317,00	1.317,00	1.317
	— Pará			
27 c) — DANIEL VILLELA MONTEIRO & CIA. LIMI- TADA	R. da Alameda, 122 — Rio			
	de Janeiro — Guanabara .	29.709,00	29.709,00	29.709
28 a) — DISTRIBUIDORA AMERICANENSE DE AUTO- MOVEIS "DISAMA" S/A.	Praça XV de Novembro, n. 14			
	— Americana — S. Paulo .	4.362,00	4.362,00	4.362
29 a) — DOUGLAS RADIOELÉTRICA S/A.	R. Melo Peixoto, 161 — Ta- tuapé — S. Paulo	107.096,00	107.096,00	107.096
30 a) — EDUARDO SALAME, COMÉRCIO, IMPORTA- ÇÃO E EXPORTAÇÃO LIMITADA	Trav. 1º de Março, n. 96 —			
	s/101/103 — Belém — Pa- rá	537,00	537,00	990
31 a) — ESCRITÓRIO PEDRO ESBORIOL LIMITADA	Pç. Padre Manoel da Nóbre- ga, 21 — 5º and. — S. Paulo — SP.	2.932,00	2.932,00	2.932
32 a) — ESTAMPARIA DE TECIDOS FIAMA LTDA.	R. Amâncio Cesarino, n. 235			
	— S. Paulo — São Paulo ..	12.075,00	12.075,00	12.075
33 a) — FARMÁCIA LINEU LIMITADA	Rua Dr. March, n. 14 — Bar- reto — Niterói — Estado Rio	668,00	668,00	668
34 c) — G. MALTÝ SADA & CIA. LIMITADA	R. Marechal Floriano, n. 86			
	— Pôrto Alegre — R. G. Sul	5.077,00	5.077,00	5.077
35 a) — GEOEXPLORAÇÕES PESQUISAS GEOLOGICAS E HIDROLOGICAS LIMITADA	Av. Rio Branco, 156 — s/1011			
	— Rio de Janeiro — Gua- nabara	4.625,00	4.625,00	4.625
36 a) — GERALDO SOTER DE FARIA	Pça. Cel. Joaquim Lúcio, n. 175 — Campinas — SP. ...	525,00	525,00	525
37 a) — HORUS SERRA LIMITADA	Av. Cruzeiro do Sul, 823 —			
	São Paulo — S. Paulo	13.250,00	13.250,00	13.250
38 a) — IRMÃOS BARBIERI LIMITADA	R. 13 de Maio, 885, Bela Vis- ta — São Paulo — SP. ...	1.526,00	1.526,00	1.526
39 c) — HUGO ENRMANN & CIA. LTDA.	Rua 24 de Maio, 35 — 14º —			
	São Paulo — S. Paulo	12.877,00	12.877,00	12.877
40 c) — IBANEZ & CIA. LTDA.	R. dos Andradás, n. 1448 —			
	Pôrto Alegre — Rio G. Sul	5.048,00	5.048,00	5.048
41 a) — IMOBILIÁRIA SUL AMERICANA LTDA.	Av. Rio Branco, 156 — 10º			
	— Rio de Janeiro — GB. .	1.868,00	1.868,00	2.669

42 d) -- INDS. DE MATERIAL DE PESCA "MAR" LIMITADA	R. Padre Diogo Feijó, 116 -- Pôrto Alegre -- RS.	3.327,00	882,00	4.209,00	4.209
43 a) -- INDÚSTRIA METALÚRGICA PANANDRI LIMITADA	R. André Leão, 302 -- Mooca -- São Paulo -- SP.		9.082,00	9.082,00	9.082
44 d) -- INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS BALESTRO LIMITADA	R. Bento Gonçalves, 995 -- Caxias do Sul -- RS.		483,00	483,00	483
45 a) -- INQUIBRAS S/A. -- INDÚSTRIAS QUÍMICAS	R. Dr. Alfredo Ramos, 232 -- Jacareí -- São Paulo .		5.982,00	5.982,00	5.982
46 a) -- INTEC -- INSTRUMENTAL TÉCNICO CIENTÍFICO LIMITADA	Av. Treze de Maio, 23 -- 3º -- Rio de Janeiro -- GB. .		16.368,00	16.368,00	16.368
47 d) -- INDÚSTRIA DE CALÇADOS IDEAL LTDA. --	R. Rio Branco, s/n., -- Pôrto Alegre -- R. G. do Sul		415,00	415,00	415
48 d) -- INCOM -- INDÚSTRIAS DE COMPENSADOS E MADEIRAS S/A.	Av. Senador Salgado Filho, n. 231 -- Curitiba -- PR. .		712,00	712,00	712
49 d) -- IRMAOS BAUER & CIA. LTDA.	Alto Rolante -- Município de Rolante -- Rio G. Sul. .		639,00	639,00	639
50 c) -- IRMAOS HUMMES LIMITADA	Buarque de Macêdo -- Salva- dor do Sul -- R. G. Sul .		3.554,00	3.554,00	3.554
51 a) -- IRMAOS SLAVIERO & CIA. LTDA.	R. Xavier da Silva, 917 -- Guarapuava -- Paraná .		3.714,00	3.714,00	3.714
52 a) -- JOAO MEDINA GIMENES	Av. Lins de Vasconcelos, n. 357 -- Presid. Bernardes -- São Paulo		605,00	605,00	605
53 a) -- JOSÉ BARBOSA IRMÃO	Pq. Bandeira, 424 -- Pres. Bernardes -- São Paulo .		464,00	464,00	464
54 d) -- JOSÉ ROBERTO GONZAGA SANTALLA	Av. Assis Brasil, n. 2219 -- São João -- Rio G. Sul .	1.200,00	6.200,00	7.400,00	7.400
55 c) -- JUAN ZAMAL	R. Pinto Bandeira, n. 401 -- -- Pôrto Alegre -- R. G. Sul		11.781,00	11.781,00	11.781
56 a) -- KORAICHO MERCANTIL S/A.	R. 25 de Março, 837 -- Sé -- São Paulo -- São Paulo .		81.115,00	81.115,00	81.115
57 a) -- LOJAS CAPRI LIMITADA	R. Conselheiro João Alfredo, n. 245 -- Belém -- Pará .		3.060,00	3.060,00	3.060
58 a) -- LUBRIFICANTES HYPER S/A.	Av. Cruzeiro do Sul, 833 -- São Paulo -- S. Paulo		5.439,00	5.439,00	5.439
59 c) -- LUIZ CARVALHO & CIA.	R. Gal. Câmara, 156 -- 8º -- Pôrto Alegre -- R. G. Sul .		580,00	580,00	580
60 b) -- MACHADO REICHERT & CIA. LTDA.	R. Pinheiro Machado c/Aveni- da Sebastião Anoretli -- Taquara -- R. G. Sul		175,00	175,00	175
61 a) -- MACOREL -- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA	Av. Senador Lemos, n. 121 -- Belém -- Pará	1.424,00	3.076,00	4.500,00	4.500

Quinta-feira, 27

DIARIO OFICIAL

Agosto — 1970 — 25

62 c) — MANOEL ALBERTO DE PONSECA	R. da Alfândega, n. 131 — Rio de Janeiro — GB.	1.583,00	1.583
63 a) — MARTE FILMES S/A.	R. dos Gusmões, 240 — Sta. Efigênia — S. Paulo — SP.	2.982,00	2.982
64 a) — MECA-NOVA COMERCIAL S/A.	R. da Consolação, n. 1515 — São Paulo — S. Paulo ...	1.173,00	1.173
65 a) — MERCANTIL TREMARGO REPRESENTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LIMITADA	R. Gã. Osório, n. 1.212 — Campinas — S. Paulo	1.934,00	1.934
66 a) — MERNAK S/A. — IND. BRASILEIRA DE MÁ- QUINAS	Rua Otto Mernak, n. 276 — Cachoeira do Sul — R.G.S. .	10.000,00	10.000
67 a) — MERPRE — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A.	Praca da Bandeira, n. 28 — Belém — Pará	1.108,00	1.108,00
68 c) — MESQUITA FERREIRA COMERCIO E INDUS- TRIA LIMITADA	R. da Constituição, n. 30 — Rio de Janeiro — GB.	1.122,00	1.122
69 d) — METALURGICA MANBRINI LIMITADA	R. Bento Gonçalves, 1236 — Caxias do Sul — R. G. Sul .	695,00	695
70 a) — MILTON RODRIGUES FORTES	R. Maruí Grande, 7 — Loja n. 3 — Niterói — Est. Rio	667,00	667
71 a) — MODAS FINOSTIL S/A.	R. Sta. Efigênia, 186 — São Paulo — S. Paulo	13.740,00	13.740
72 b) — MOVEIS BELAS ARTES LIMITADA	R. Cel. Xavier de Toledo, n. 88 — São Paulo — SP. ...	1.650,00	1.650
73 a) — MULTICOR TINTAS S/A.	Praca Pio X, 78, s/ 1.204 — Rio de Janeiro — GB. ...	60.213,00	60.213
74 d) — NIVA LOIFFLER	R. XV de Novembro, n. 12 — Rio Negro — Paraná ..	280,00	280
75 c) — OBRAS DE ARTE LIMITADA	Av. Amarel Peixoto, 334 — Niterói — Est. Rio	879,00	879
76 d) — ODILON DAVET	Major Vieira — Sta. Catarl- na	180,00	480
77 d) — ORGANIZAÇÃO CHAVE DE OURO LTDA.	R. Visc. Uruguai, 466 — Ni- terói — Est. Rio	2.308,00	2.308
78 d) — ORGANIZAÇÕES DE DROGAS SUL BRASIL LIMITADA	R. Dr. Flores, 75/81 — Pôr- to Alegre — R. G. Sul ..	17.714,00	17.714
79 b) — OSÓRIO MULLER & CIA. LTDA.	R. Mal. Floriano, 1041 — Ta- quara — R. G. Sul	202,00	202
80 d) — OSTERMAYER & CIA. LTDA.	R. Lindolfo Collor, n. 422 — São Leopoldo — R. G. Sul .	359,00	359
81 a) — PADARIA E CONFEITARIA SANTO ANTONIO LIMITADA	Pa. Presid. Getúlio Vargas, 5/7 — N. Friburgo — RIO	602,00	1.538

92 d) — PADILHA & LIMA LIMITADA	R. Tororquê, 388 — P. Alegre — RGS.	124,00	124,00	124
93 a) — PETROGAS S/A. — ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE GÁS	Av. Jundiá, n. 1500 — São Paulo — S. Paulo	13.183,00	13.183,00	13.189
94 a) — POSTO ESPERANÇA LIMITADA	Av. Castilhos França, s/n. — Belém — Pará	212,00	212,00	212
95 a) — POSTO SANTO ANTONIO LIMITADA	R. Joaquim Floriano, 372 — São Paulo — S. Paulo	2.321,00	2.321,00	2.321
96 a) — POSTO VITÓRIA LIMITADA	R. Gal. Castrioto, n. 2 — Niterói — Est. Rio	324,00	324,00	324
97 b) — PREUSS & RITTER LIMITADA	R. Tristão Monteiro, 1533 — Taquara — R. G. Sul	1.017,00	1.017,00	1.017
98 a) — PUBLICIDADE KLIMES LIMITADA	R. Padre Miguelinho, n. 4 — Calumbi — Guanabara	961,00	961,00	961
99 d) — RAMIRO BARTZ & CIA. LIMITADA	R. Júlio de Castilhos, 69 — Porto Alegre — R. G. Sul	437,00	437,00	437
90 d) — REPRESENTAÇÕES JUNG ANDRADE & CIA. LIMITADA	R. Ernesto Alves, 44/54 — Porto Alegre — R. G. Sul	2.666,00	2.666,00	2.666
91 a) — RETEX — REPRESENTAÇÕES TEXTÉIS S/A	R. Fernando Camargo, 351, 1º and. — Americana — SP.	4.724,00	4.724,00	4.724
92 b) — RIO VELHO S/A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS	R. Bela, 869A — S. Cristóvão — Guanabara	9.843,00	9.843,00	9.843
93 a) — ROCHA, CARDOSO LIMITADA	R. Liná Serafina, 919 — Campinas — S. Paulo	1.065,00	1.065,00	1.065
94 a) — S. B. PEREIRA	R. Cons. Partido, n. 642 — Belém — Pará	246,00	246,00	246
95 c) — SANEI, LAITANO & CIA. LTDA.	Av. Uruguay, 246 — Porto Alegre — RS.	750,00	750,00	750
96 b) — SELVIO HERRMANN	Tacunas — Município de Taquaras — RGS.	382,00	382,00	382
97 a) — SERAFIM BLASI	Av. Flávio Peixoto, n. 629 — Botucatu — SP.	2.922,00	2.922,00	2.922
98 a) — SOCIEDADE MÉDICA DA CLÍNICA EDUARDO LANE	R. Paulo Lano, n. 299 — Campinas — SP.	3.773,00	3.773,00	3.773
99 s) — STAC — SOCIEDADE TÉCNICA ADMINISTRADORA E CONTÁBIL LTDA.	R. João Avenida, 153 — Campinas — SP.	6.072,00	6.072,00	6.072
100 c) — SUCUPIRA FORNECIMENTOS E CONFECÇÕES LIMITADA	R. São Paulo, n. 7 — Rio de Janeiro — CB.	7.163,00	7.163,00	7.163
101 d) — TECNAC — SOCIEDADE TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO LIMITADA	R. L. B. do Padonó, 591 — São Paulo — SP.	2.004,00	2.004,00	2.004

102 d) — TECNAC — SERVIÇOS TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO LIMITADA	R. Libero Badaró, 501 — São Paulo — SP.	1.473,00	1.473,00	1.473
103 a) — TÉCNICA DE MARI S/A., ENGENHARIA CIVIL	Al. Conselheiro Araújo, n. 40 — Curitiba — PR.	22.246,00	22.246,00	22.246
104 a) — TEIXEIRA & IRMÃO LIMITADA	Av. Feliciano Sodré, 98 — Niterói — Rio	659,00	659,00	659
105 a) — TEMAT LIMITADA, REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS	Av. Paulista, 2.073 — 3º — São Paulo — SP.	604,00	604,00	604
106 a) — TOREZAN & CIA. LTDA.	R. da Estação, s/n. — São Antonio de Posse — SP. ..	910,00	6.942,00	7.852
107 d) — TRANSPORTES COLETIVOS SOMMER LIMITADA	Ijuí — RGS.	662,00	662,00	662
108 d) — TRANSPORTADORA POSTALI LTDA.	R. Cremona, s/n. — Caxias do Sul — RGS.	4.323,00	4.323,00	4.323
109 a) — UPJOHN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.	R. Gal. Júlio Marcondes Salgado 24, — S. Paulo — SP. ..	41.825,00	41.825,00	41.825
110 a) — USAFARMA S/A. — INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	R. Joaquim Távora, 550 — São Paulo — SP.	45.230,00	45.230,00	45.230
111 a) — USIGAZ — COMERCIO DE FOGÕES E GAZ	R. Major Prado, 477 — Jauí — S. Paulo — SP.	12.550,00	12.550,00	12.550
112 a) — VADICAR, ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LIMITADA	R. Teodoro Sampaio, 2222 — São Paulo — S. Paulo	15.478,00	15.478,00	15.478
113 a) — VALENZUELA BELMONTE & CIA. LTDA.	R. Monsenhor Miranda, 41 — Nova Friburgo — Est. Rio ..	741,00	741,00	741
114 d) — VERONESE & CIA. LIMITADA	R. Vereador Mário Ponzi, n. 318 — Caxias do Sul — RS. ..	9.982,00	9.982,00	9.982
115 d) — VIEIRA IRMÃO & CIA. LIMITADA	Av. Feliciano Sodré, 556 — Niterói, — Est. Rio	7.077,00	9.221,00	9.221
116 a) — VIRGÍLIO VIEIRA DE CARVALHO	Rua Almirante Barroso, 12 — Nova Friburgo — Est. Rio ..	369,00	369,00	369
117 b) — VIUVA JOÃO WENE	Rua Júlio de Castilhos — Taquara — RGS.	762,00	762,00	762
118 a) — VIUVA MARCOS BELICHA, COMERCIO S/A.	Óbidos — Pará	2.197,00	2.197,00	2.197
TOTAL:		915.167,00	915.167,00	915.167

OBS: — Os aplicadores cujos nomes estão anteceditos por um A) estão neste ato representados pelo Senhor **Benjamin Cesar Arraes Bandahan**, brasileiro, casado, domiciliado nesta cidade;

B) estão neste ato representados pelo Senhor **Benjamin Cesar Arraes Bandahan**, brasileiro, casado, domiciliado nesta cidade;

C) estão neste ato representados pelo Banco da Amazônia — Empresa Limitada "ASTECA" estabelecida nesta cidade.

Belém, (PA), 10 de julho de 1970.

(a.a.) JULIO CESAR ARRAES BENDAHAN
 RAPHAEL ABENSUR — Escritório Eureka
 BANCO DA AMAZONIA S/A
 P. P. Claudionor Nogueira
 ASTECA — CELINA CAMPOS AGUIAR
 Assessoria Técnica a Empresas Limitada "ASTECA"
 (a) JOAO RUY CASTELO BRANCO CASTRO
 Diretor - Industrial

CARTÓRIO DINIZ

Reconheço as firmas supra de Julio Cesar Arraes Bendahan, Raphael Abensur, Claudionor Nogueira, Celina Campos Aguiar e João Ruy Castelo Branco de Castro.
 Belém, 26 de julho de 1970.

Em testemunho N.E.C.M. de verdade.

(a) NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS — Escrevente autorizado

JUNTA COMERCIAL

Emolumentos Cr\$ 10,00 — (dez cruzeiros)

Belém, 1970.

(a) SAMUEL — O funcionário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Este Boletim de Subscrição em 6 vias foi apresentado no dia 12 de agosto de 1970 e mandado arquivar por despacho do

cho do Diretor de mesma data contendo 7 folhas de n.º 1194A-1200A que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n.º 3090A/70. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 12 de agosto de 1970.

O Diretor OSCAR FACIOLA

(Ext. — Reg. n. 2971 — Dia 27/8/70)

BANCO COMERCIAL DA PRODUÇÃO S.A.

CARTA PATENTE: 1-334 — C.G.C. 0491459

SEDE: — BELÉM — PARÁ.

DEPARTAMENTOS DE CAMBIO: — SALVADOR — Rua da Argentina, 1 — RIO DE JANEIRO — Rua Debrét, 1 — SÃO PAULO — Rua 7 de Abril, 415.

AGÊNCIAS EST. PARÁ: — Rua XV de Novembro, 263 — Av. Presidente Vargas, 372 (Belém) — Aeroporto (Tomé-Açu)

AGÊNCIAS EST. AMAZONAS: — Rua Guilherme Moreira, 186 (Manaus)

AGÊNCIAS EST. MARANHÃO: — Rua Dr. Tarquínio Lopes, 242 (São Luiz)

AGÊNCIAS EST. R. G. NORTE: — Rua Ulisses Caldas, 114 (Natal)

AGÊNCIAS EST. PARAÍBA: — Rua Duque de Caxias, 450 (João Pessoa) — Rua João Pessoa, 161 — (Campina Grande).

AGÊNCIAS EST. PERNAMBUCO: — Rua da Palma, 355 — Av. Conde de Boa Vista, 50 — (Recife).

AGÊNCIAS EST. SERGIPE: — Rua São Cristóvão, 165 — (Aracaju).

AGÊNCIAS EST. BAHIA: — Rua Miguel Calmon, 26 — Rua Chile, 18-B — Av. 7 de Setembro, 80 (Salvador) — Rua Sales Barbosa, 96 (Feira de Santana — BA) — Praça Aldo Pereira, s/n. — (Tanquinho — BA).

AGÊNCIAS EST. GUANABARA: — Rua Debrét, 1 — Rua do Rosário, 80 — (Centro).

AGÊNCIAS EST. SÃO PAULO: — Rua Sete de Abril, 415 (Capital).

AGÊNCIAS EST. BRASILIA: — Av. W 3 — Quadra 505 — Bloco C — Lojas 13 e 14.

— BALANÇO GERAL — EM 30 DE JUNHO DE 1970 —

— A T I V O —

DISPONÍVEL
 REALIZÁVEL
 Empréstimos:
 A Produção 29.909.344,44
 Ao Comércio 15.401.756,07

— P A S S I V O —

NÃO EXIGÍVEL
 Capital:
 De Domiciliados no País 7.348.647,00
 De Domiciliados no Exterior 1.853,00
 7.350.500,00

A Atividades não Especificadas ..		13.057.253,92	
A Governos Estaduais e Municipais ..		184.800,00	
A Instituições Financeiras		145.000,00	58.698.154,43
Outros Créditos:			
Banco Central — Recolhimentos ..		5.054.903,24	
Cheques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber		10.631.613,78	
Adiantamentos s/Cambiais e Contratos de Câmbio		3.963.634,84	
Créditos em Liquidação		1.115.738,23	
Correspondentes no País		6.816.151,16	
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior — Em Moedas Estrangeiras		5.529.023,22	
Departamentos no País		80.446.977,11	
Outras Contas		1.722.234,39	115.280.275,97
Valores e Bens:			
Títulos à Ordem do Banco Central		5.414.299,30	
Letras do Tesouro Nac. e Tifs. Federais		189.836,62	
Títulos Estaduais e Municipais ..		0,04	
Valores em Moedas Estrangeiras ..		25.327,42	
Outros Valores		1.851.312,67	
BENS		7.480.776,05	
		292.510,32	181.751.716,77
IMOBILIZADO			
Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em Construção		3.842.984,14	
Móveis e Utensílios		1.749.214,57	
Almoxarifado		285.044,47	5.877.243,18
RESULTADO PENDENTE			
Despesas de Exercícios Futuros		1.641.012,53	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		55.089.550,31	
		Cr\$	252.829.105,01
DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"			
EM 30 DE JUNHO DE 1970			
— D É B I T O —			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Juros s/Depósitos a Médio Prazo ..		189.133,37	
Juros s/Outras Exigibilidades		159.552,21	
Juros s/Operações c/o Banco Central		36.380,99	385.066,57
— C R É D I T O —			
RENDAS OPERACIONAIS			
— JUROS E COMISSOES: Sobre Empréstimos à Produção e ao Comércio		2.997.186,67	
Sobre Empréstimos a Entidades Públicas e a Instituições Financeiras		1.417.324,25	
Outros		768.644,54	5.183.149,46

Correção Monetária do Ativo		60.988,37
Reservas e Fundos		1.396.110,25
EXIGIVEL		
Depósitos:		
À Vista e a Curto Prazo:		
Do Público		48.594.609,72
De Entidades Públicas		3.922.409,78
À Médio Prazo:		
Do Público:		
A Prazo Fixo		402.085,94
Com Correção		8.345.653,42
De Entidades Públicas		100.000,00
Outras Exigibilidades:		
Cheques e Documentos a Liquidar ..		157.760,49
Estrança Efetuada, em Trânsito ..		63.476,68
Ordens de Pagamento		9.329.028,42
Correspondentes no País		1.108.018,79
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior — Em Moedas Estrangeiras		4.391.876,76
Departamentos no País		87.265.304,29
Outras Contas		1.453.156,13
		103.768.621,56
Obrigações (Especiais):		
Recebimento p/Conta do Tesouro Nacional		357.373,35
Redescontos e Empréstimos no Bco. Central		8.701.538,00
Depósitos Obrigatórios — F.G.T.S. Obrig. p/Refinanc. e Repasses Oficiais		251.012,29
Impósto s/Operações Financeiras ..		343.959,00
Obrigações em Moedas Estrangeiras ..		191.250,89
Outras Contas		12.248.963,21
		1.060.600,53
		23.154.697,27
		188.288.077,69
RESULTADO PENDENTE		
Rendas de Exercícios Futuros		602.855,91
Lucros e Perdas		41.022,48
		643.878,39
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
		55.089.550,31
		Cr\$ 252.829.105,01

VISTO DO CONSELHO FISCAL

Dr. Flaviano M. de Souza — Cons. Fiscal

Dr. Paulo Almeida — Conc. Fiscal

Dr. Wilson L. de Albuquerque — Cons. Fiscal

Sr. ODEMAR LACERDA COSTA —
Téc. Cont. — CRC—Ba. n. 2.569

Sr. Armando R. Carneiro DIRETOR
 Sr. Fernando A. T. Rodrigues — DIRETOR
 Sr. Arthur Laan Miranda — DIRETOR
 Sr. Araújo Ribeiro da Silva — DIRETOR
 Sr. Paulo de Avila Kós — DIRETOR
 Sr. Múcio Brazerra R. de Melo — DIRETOR
 Sr. Affonso Lopes Freire — DIRETOR
 Sr. Alexandrino G. Moreira — DIRETOR

Res n 2964 Dia 27.2.79)

SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO
EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ANTONIA NUNES DA SILVA, Professor Não Titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Inglês de Souza", na Vila do Mosqueiro para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.705 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70)

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ALDEBARAN LOPES BANDEIRA, Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício na Escola Reunida "Princesa Isabel", nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.704 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ANA MARIA CARDEIRO GOMES, Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Augusto Montenegro", nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.705 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ALDA DOS SANTOS ARAGÃO (Irmã), Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Instituto "Madre Maria de Matias", no Município de Altamira para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 31 de julho de 1970.

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.706 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, MARIA AMÉLIA CAMPOS DE ALMEIDA, Professor Não Titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Coronel Sarmento", na Vila de Icoaraci para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da

Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 6 de agosto de 1970.

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.707 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, BENEDITA BARBOSA PORTUGAL, Professor Não Titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Justo Chermont", nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciete de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:

Acy de Jesus Neves de Barros
Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.708 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, DÉBORA HADADE, Professor Primário, Nível EP.3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Placidia Cardoso", nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciette de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.709 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, DEUSALINA DIAS DA SILVA, Professor Primário, nível EP.3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício na Escola Nossa Senhora das Graças, nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL

do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciette de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.710 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ALDA MARIA BRANDÃO SAIFE, Professor Primário, Nível EP.3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício na Escola Primária "São Pio X", nesta Capital para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciette de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.701 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação notifico, pelo presente Edital, ARGEMIRO ATAÍDE DA CRUZ, Servente, Nível-1, do Quadro Permanente, com exer-

cício no Grupo Escolar "Inglês de Souza", na Vila do Mosqueiro para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 3 de agosto de 1970.

Graciette de Lima Araújo
Diretor da Divisão do Pessoal
Luís Ferreira da Silva
Diretor do Departamento de Administração

VISTO:
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. — Reg. n. 12.702 — Dias 15 e 27.8 e 15.9.70).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, JACIRA COSTA MARTINS, Professor Não Titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Dr. José Malcher", no Município de Muaná, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em, 12 de agosto de 1970.

ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA

Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. n. 12.947 — Dias 21 e 27.8 e 20.9.70)

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, MARIA DE LOURDES TAVARES PEREIRA, Inspetor de Alunos, Nível-1, do Quadro Permanente, com exercício no Grupo Escolar "Benjamin Constant", nesta Capital, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24-12-53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em, 12 de agosto de 1970.
ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. n. 12.948 — Dias 21 e 27/8 e 20.9.1970)

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, **MARIA FERREZA NORONHA KOURY**, Professor Não Titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Profa. Aureliana Monteiro", no Município de Ponta de Pedras, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24-12-53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA
Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em 12 de agosto de 1970
ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação

(G. Reg. n. 12.949 — Dias 21, 27/8 e 20/9/1970).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, **MARIA DE NAZARETH FIGUEIREDO PEREIRA**, Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Rui Barbosa", nesta Capital, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53 (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em 12 de agosto de 1970
ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 12.950 — 21 e 27/8 e 20.9.1970)

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, **MARIA DE LOURDES BARROS GONÇALVES**, Professor Regente, Nível EP-2, do Quadro Especial do Magistério, na Escola Reunida "Caldas Brito", nesta Capital, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei n. 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em 12 de agosto de 1970
ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 12.951 — Dias 21, 27/8 e 29/9/1970).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, **MARINA PERNA CASSEB**, Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Coronel Sarmento", na Vila de Icoaraci, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei n. 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

Secretaria de Estado de Educação

Em 12 de agosto de 1970
ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação
(Reg. n. 12.952 — Dias 21, 27/8 e 20/9/1970).

EDITAL

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, **MARIA DE NAZARE MOREIRA DA COSTA**, Professor Primário, Nível EP-3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício nesta Secretaria, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feito prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186 item II e 205 da Lei n. 749 de 24-12-53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

DIVISÃO DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 11 de agosto de 1970.

GRACIETTE DE LIMA ARAUJO

Diretor da Divisão do Pessoal
LUIS FERREIRA DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração

VISTO

ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 12.953 — Dias 27/8 e 20/9/1970).



República Federativa do Brasil
ESTADO DO PARÁ

Diário da Justiça

LXX

BELEM — QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1970

NUM. 7.221

Tribunal de Justiça do Estado

Presidente: Des. AGNANO MONTEIRO LOPES
Secretário: Dr. LUIS FARIA

ACÓRDÃO Nº 343
Recurso "ex-offício" de Habeas Corpus da Capital

Recorrente: — O Dr. Juiz de Direito da 4a. Vara Penal
Recorrido: — Antonio Barros dos Santos

Relator: — Desembargador ALUIZIO DA SILVA LEAL

EMENTA: — Concede-se HABEAS-CORPUS a quem está preso sem formalidades legais para a privação de sua liberdade.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso "ex-offício" de HABEAS CORPUS da Comarca da Capital em que é recorrente o Dr. Juiz de Direito da 4a. Vara Penal e recorrido Antonio Barros dos Santos.

O solicitador Lourival Neves dos Santos, com fundamento nos dispositivos da Constituição Federal e Código de Processo Penal, requereu uma ordem de HABEAS-CORPUS liberatório em favor de Antonio Barros dos Santos, alegando ter sido o mesmo preso no dia 27 de fevereiro pela manhã, quando deixava sua casa para ir ao ponto de seu trabalho no Vero-Pêso. Alegou o requerente que não houve formalidade alguma da aparência legal que justificas-

se a prisão do paciente que se encontrava no Pátio da Central de Polícia a disposição do Delegado de Investigações e Capturas. Solicitadas as informações esta autoridade confirmou a prisão do paciente que tem por alcunha "Diabinho" e informou mais que o mesmo estava preso para averiguações, apontado como autor de um furto na casa de Souza Costa. Juntou uma cópia do depoimento dado por este senhor, acusando por informação o paciente como autor. O Ministério Público opinou pela concessão da medida, tendo o Dr. Juiz em despacho fundamentado, concedido a ordem impetrada e recorrendo "ex-offício". Nesta instância, ouvido o Exmo. Sr. Dr. Sub-Procurador, este opinou pelo improvimento. De fato, nenhuma feição legal tinha a situação de privação de liberdade do paciente "Diabinho" que foi detido pela Polícia para averiguar a autoria de furto de que ele se achava acusado. Nessa situação é evidente a ilegalidade da prisão e merecida a decisão dada pelo Dr. Juiz da 4a. Vara Penal. Nada há que censurar em meu despacho. Assim,

ACÓRDAM os Juizes compo-

nentes da Egrégia Primeira Câmara Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, negar provimento ao recurso para confirmar o despacho recorrido. P. I. R.

Belém do Pará, 12 de maio de 1970.

(a.) ALUIZIO DA SILVA LEAL, Relator. Este julgamento foi presidido pelo Exmo. Sr. Des. Maurício Pinto.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 10 de agosto de 1970.

Amazonina Silva — Oficial Codicista

(G. Reg. n. 12.633)

ACÓRDÃO Nº 344
Recurso "ex-offício" de Habeas Corpus da Capital

Recorrente: — O Dr. Juiz de Direito da 3a. Vara Penal
Recorrido: — Manoel Monteiro Galiza

Relator: — Desembargador ALUIZIO DA SILVA LEAL

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso "ex-offício" de HABEAS-CORPUS em que é recorrente o Dr. Juiz de Direito da 3a. Vara e recorrido Manoel Monteiro Galiza.

O Solicitador Lourival Ne-

ves dos Santos, com fundamento nos dispositivos Constitucionais e ainda do Código de Processo Penal, requereu uma ordem de HABEAS-CORPUS liberatório em favor de Manoel Monteiro Galiza, alegando que o mesmo fora preso a ordem do Sr. Delegado de Investigações e Capturas, sem as formalidades necessárias para revestimento de legalidade. Solicitadas as informações, a autoridade coatora informou confirmando que o mesmo estava preso por ter participado de assalto a mão armada na Estrada Nova. Ouvido o Ministério Público, este opinou pela concessão da medida. O Dr. Juiz em despacho fundamentado concedeu o HABEAS-CORPUS recorrendo "ex-offício". Nesta instância, ouvido o Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral, este opinou pelo improvimento do recurso. Na verdade, o paciente não tinha prisão legal, descurando-se a Polícia de tomar a providência necessária a fim de tornar legal o procedimento repressivo de manutenção da ordem. Com a sua informação, confirmou a situação invocada pelo requerente o qual não podia deixar de ser atendido pela Justiça. O despacho

do Dr. Juiz não merece censura e deve ser confirmado. Assim,

ACÓRDAM os Juizes componentes da Egrégia Primeira Câmara Penal do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para confirmar o despacho recorrido.
P. I. R.

Belém do Pará, 12 de maio de 1970.

a) **ALUIZIO DA SILVA LEAL**, Relator. Este julgamento foi presidido pelo Exmo. Sr. Des. Maurício Pinto, Secretário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 11 de agosto de 1970.
Amazonina Silva — Oficial Codicista
(G. Reg. n. 12.634)

EDITAIS JUDICIAIS

PROTESTO DE LETRAS EDITAL

Faço saber por este Edital a Rômulo Maiorana Roupas e Calçados S/A., estabelecida nesta cidade, que foi apresentada em meu Cartório, a Trav. Campos Sales, 184 — 10. andar, da parte do Banco da Fábria S/A., para apontamento e protesto, por falta de devolução aceite e pagamento a duplicata de conta Mercantil n. 51386, no valor de Quinhentos e Oitenta e Sete Cruzheiros e Sessenta e Sete Centavos (Cr\$ 587,67), vencida em 30/6/70, por Vv. Ss. não devolvida, não aceita e não paga, a favor de Malharis Mundial Ltda., e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem, para pagar ou dar a razão porque não paga a dita duplicata de conta mercantil, ficando Vv. Ss. cientes desde já de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 20 de agosto de 1970
(a) **Isa Veiga de M. Corrêa** — Oficial do Protesto de Letras — 10. Ofício
(Ext. — Reg. n. 3076 — Dia: 25/08/70).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria os autos de Apelação Cível da Comarca de Santa Izabel do Pará, em que são partes como Apte: — Antônio Ciriaco do Nascimento, assistido de seu advogado José Moacir Chagas a Apto: — Manuel Dias Vieira, assistido de seu advogado Vinicius Heskeith, a fim de ser preparada

dita Apelação para sorteio de relator, distribuição e julgamento por uma das Câmaras dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 25 de agosto de 1970.

a) **LUIS FARIA** — Secretário do T.J.E.

(G. Reg. n. 13.304)

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria os autos de Apelação Cível da Comarca da Capital em que são partes como Apte: — Herminia Pereira de Souza, assistida de seu advogado Walter Wilton Arbage e Apto: — Joaquim Rufino de Souza, assistido de seu advogado Wilton Vieira de Nôvoa, a fim de ser preparada dita Apelação para sorteio de relator, distribuição e julgamento por uma das Câmaras, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 25 de agosto de 1970.

a) **LUIS FARIA** — Secretário do T.J.E.

(G. Reg. n. 13.306)

EDITAL

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que às fls. 90 dos autos de Recurso Extraordinário da Comarca de Bragança, sendo recorrentes, Adiel Oliveira e outro, por seu advogado Eaimundo Noieto, e recorrido Fernando Baima Giestas (Adv. Waldemar Viana), foi pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente, ex-

pedido o seguinte despacho:

"Vistos, etc.
O caso não é de recurso extraordinário, como bem denotou o 'recorrido em suas razões de fls.

O Venerando Acórdão recorrido decidiu que o pagamento posterior ao endosso não isenta o emitente face ao endossatário. E que o pagamento foi feito a pessoa diversa do portador do título.

A falta de aviso não invalida o protesto, mas resolve-se em perdas e interesses.

A decisão recorrida é incontestável, pelo que denego o recurso.

Belém, 18 de agosto de 1970.
a) **AGNANO MONTEIRO LOPES** — Presidente".

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, Belém, 26 de agosto de 1970.

a) **WILSON RABELO** — Secretário

REPARTIÇÃO CRIMINAL JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DA CAPITAL EDITAL

O Dr. Arthur de Carvalho Cruz, Juiz de Direito da 3ª. Vara Penal, etc..

Faz saber aos que este lerem ou dêle tomarem conhecimento que pelo 60. Promotor Público da Capital, foi denunciada **MARIA SANTOS DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, de 27 anos de idade, meretriz, residente à Av. Celso Malcher n. 252, como incurso no art. 129, parágrafo 2º, inciso IV do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrada para ser citada pessoalmente expedie-se o presente EDITAL, para que a denunciada sob pena de revelia compareça a este Juízo, no dia 30 de setembro próximo, às 10,00 horas, a fim de ser interrogada no processo crime de lesões corporais graves do qual é acusada.

Cumpra-se.

Repartição Criminal, em Belém do Pará, aos vinte e quatro (24) dias do mês de agosto de 1970.

Eu, Maria Mercêdes da Silva, escrevê o datilografei e subcrevi.

(a.) **ARTHUR DE CARVALHO CRUZ**, Juiz de Direito.

(G. — Reg. n. 13.281)

JUIZO DE DIREITO DA 3ª. VARA DA COMARCA DA CAPITAL EDITAL

O Dr. Arthur de Carvalho Cruz, Juiz de Direito da 3ª. Vara Penal, etc..

Faz saber aos que este lerem ou dêle tomarem conhecimento que pelo 50. Promotor Público da Capital, foram denunciados: **MAURICIO GONDIM**, brasileiro, casado, alfabetizado, de 40 anos de idade, professor de Judô e defesa pessoal, e **MARLENE GUSMAO GONDIM**, brasileira, casada doméstica, de 27 anos de idade, ambos residentes à Passagem Marilucy s/n, sita à Av. Almirante Barroso, bairro do Souza, como incurso no art. 158, § 1º, do Código Penal Brasileiro. E como não foram encontrados para serem citados pessoalmente expedie-se o presente EDITAL, para que os denunciados sob pena de revelia compareçam a este Juízo no dia 29 de setembro próximo, às 10,00 horas, a fim de serem interrogados no processo crime de extorsão do qual são acusados.

Cumpra-se.

Repartição Criminal, em Belém do Pará, aos vinte e quatro (24) dias do mês de agosto de 1970.

Eu, Maria Mercêdes da Silva, escrevê o datilografei e subcrevi.

(a.) **ARTHUR DE CARVALHO CRUZ**, Juiz de Direito.

(G. — Reg. n. 13.280)

JUIZO DE DIREITO DA 7ª. VARA DA COMARCA DA CAPITAL

Sentença proferida pelo Juiz de Direito da 7ª. Vara, em 10-8-1970.

Julgo procedente a presente ação e decrete o desquite do casal **Maria Lúcia Gomes Ferreira** e **Ivani de Castro Ferreira**, com fundamento no artigo 317, incisos I e III do Código Civil, considerando o suplicado **Ivani de Castro Ferreira** culpado e consequentemente condenando o requerido: a perda do direito de posse e guarda das filhas menores do casal, as quais ficarão na posse e guarda da autora **Maria Lúcia Ferreira**, ficando contudo assegurado ao requerido o direito de visitá-las: a prestar alimen-

tos à esposa e às filhas menores, à base de 30% (trinta por cento) sobre o salário do suplente e todas as demais vantagens a que faça jus. ao pagamento das custas do processo e honorários do advogado da autora, que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Fica assegurado à

autora a voltar a usar o nome de solteira MARIA LÚCIA CAMINHA GOMES.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Belém, 10 de agosto de 1970
a) Italzira Bittencourt Rodrigues — Juiz da 7a. Vara

(G. — Reg. n. 13.282)

Justiça do Trabalho da 8a. Região

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRAÇA, com o prazo de vinte (20) dias, para venda e arrematação de bens penhorados na execução movida por Odonor Pereira Quintanilha contra Aço Fabril S/A., processo n. 420/70.

A Doutora Juíza Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 6 de outubro às 14.15 horas, na sede desta Junta, na Travessa D. Pedro I, nº 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, acima da avaliação, os bens penhorados na execução acima mencionada, que são os seguintes, com as respectivas avaliações:

1 (uma) Mesa "diretor", modelo 004, contendo seis gavetas, medindo 1.80x0.74, avaliada em Trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 350,00);

1 (uma) Mesa para datilógrafo, mod. 012, contendo três gavetas medindo 1.00m x 0.45m., avaliada em Cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 150,00);

1 (uma) Mesa para telefone, mod. 014, com dois vagões, com as seguintes medidas: 0,67 de comprimento e 0,42 de largura, avaliada em Setenta cruzeiros (Cr\$ 70,00).

Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 18 de agosto

de 1970. Eu, Elza C. de Souza, Aux. Jud. PJ-8, datilógrafa, e eu, Maria das Mercês Pereira, Chefe da Secretaria, subscrevo.

Lygia Simão Luiz Oliveira
Juíza Presidente da 3a. JCI
— Belém.
(G. — Reg. n. 13.279)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8a. REGIÃO ATO N. 25, DE 25 DE AGOSTO DE 1970

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, no uso de suas atribuições legais e,

Tendo em vista o que consta do Processo ...

TRT P—162/70.

RESOLVE:

DESIGNAR Antonio Pacheco de Almeida para exercer a função de Suplente de Vogal representante dos Empregadores da 1a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, na vaga decorrente da dispensa, a pedido, de

Hermínio Pereira da Silva Filho, até o final do período de mandato iniciado a 1º de maio de 1968.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Orlando Teixeira da Costa
Presidente do TRT da 8a. Região
(G. Reg. n. 13.286)

RESOLUÇÃO n. 479/70
Processos: TRT P—292/70

MARGARIDA DA MOTTA ARANHA, Auxiliar Judiciária, símbolo PJ—9 lotada na Secretaria Regional do Trabalho da 8a. Região, requer aumento de gratificação adicional por tempo de serviço referente ao segundo quinquênio.

E de conceder-se o aumento de 10% (dez por cento) na gratificação adicional por tempo de

serviço correspondente ao segundo quinquênio. O Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que, na forma das Resoluções n. 6/57 e 16/58, de 8 de julho de 1957 e 5 de dezembro de 1958, respectivamente, deste Egrégio Tribunal, os funcionários desta Justiça têm direito à gratificação adicional por tempo de serviço nas bases percebidas pelos servidores das Secretarias do Poder Legislativo e dos Tribunais Superiores da União, isto é, 20% (vinte por cento) pelo primeiro quinquênio 10% (dez por cento) pelo segundo quinquênio dos três imediatos e 5% (cinco por cento) nos quinquênios seguintes até o máximo de 7 (sete).

CONSIDERANDO que o Serviço Administrativo a vista dos elementos comprobatórios do tempo de serviço da requerente, concluiu que a mesma completou 10 (dez) anos de efetivo exercício no dia 6 de julho do ano em curso,

RESOLVE, unanimemente, conceder à Auxiliar Judiciária, símbolo PJ—9, MARGARIDA DA MOTTA ARANHA, o aumento de 10% (dez por cento), sobre o vencimento, na gratificação adicional por tempo de serviço, a partir de sete (7) de julho de 1970.

Sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, Belém, 3 de agosto de 1970.

Orlando Teixeira da Costa
Presidente

José Marques Soares da Silva
Vice-Presidente

Luiz Otávio Pereira
Juiz Togado

Sulca Batista de Castro
Menezes

Juiz Togado

Raul Sento-Sé
Juiz Togado
Antonio Barreto
Vidigal
Juiz Classista
Gildásio da Fonseca
Juiz Classista

(G. Reg. n. 13.989)

RESOLUÇÃO N. 40/70
Processo: TRT P—14/70
ORLANDO SALOMÃO ZOGHBI, Arquivista-Bibliotecário, símbolo PJ—3, lotado na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, requer aumento de adicional por tempo de serviço.

Indefere pedido de aumento da gratificação adicional por tempo de serviço.

O Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que, Orlando Salomão Zoghbi, Arquivista-Bibliotecário, símbolo PJ—3, requer aumento de gratificação adicional por tempo de serviço por entender que completou o quinto quinquênio;

CONSIDERANDO a informação do Serviço Administrativo, segundo a qual o requerente não faz jus ainda a gratificação correspondente ao 5º quinquênio, em virtude de terem sido descontados no respectivo tempo de serviço, na forma da Portaria n. 20/68, do TRT da 8a. Região, 507 dias anistados, anteriormente, pela Portaria n. 1/62, revogada pela acima mencionada;

RESOLVE, unanimemente, indeferir o pedido de aumento de gratificação por tempo de serviço do Arquivista-Bibliotecário, símbolo PJ—3, Orlando Salomão Zoghbi de

acôrdo com o parecer do Serviço Administrativo.

Sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 3 de agosto de 1970.

Orlando Teixeira da Costa
Presidente

José Marques Soares da Silva

Vice-Presidente
Luiz Otávio Pereira

Juiz Togado
Sulica Batista de Castro
Menezes

Juiz Togado
Raul Santo-Se Gravata
Juiz Togado

Antonio Barbosa Ferreira
Vidigal

Juiz Classista
Gildácio da Fonseca
Juiz Classista
(G. Reg. n. 12.985)

JUSTIÇA FEDERAL

SECCIONAL DO PARÁ

Processo n. 2431

Executado: W. Vasconcelos — Anúncios Luminosos.

Despacho: Sobre o cálculo digam os interessados.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Processo n. 2545

Executado: M. Martin Cegas.

Despacho: Vistos, etc.

Julgo extinta a presente ação face ao pagamento. Em consequência, levando a penhora de fls.

Custas na forma da lei.

P.R. e I.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Processo n. 2608

Executado: Ofir Farah Saldala.

Despacho: Do conteúdo da Certidão de fls. dê-se ciência à exequente.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Exequente: O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (Advgs. Drs. Edvan C. Coutinho — Luiz C. M. Noura — Arthur Q. Ferreira e Moacyr Gonçalves Pamplona).

Processo n. 2215

Executado: Frigorífico "Santa Rita" S/A. (Adv. Dr. Geraldo Távora).

Despacho: A procuração de fls. 3 não contém os poderes para transigir, razão por que ordeno a intimação do advogado do exequente para suprir a falta ora apontada, trazendo aos autos nova procuração em forma regular.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Processo n. 2475

Executado: Comércio e Indústria Pires Guerreiro S/A.

Despacho: A avaliação.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Ratificação de Protesto — No Navio Rio Acre.

Processo n. 2853

Autor: Francisco Solano Marinho.

Despacho:

1 — Designo o dia 22 do mês em curso, às 10:00 horas, para ter lugar a tomada dos depoimentos das testemunhas arroladas às fls., cientes as partes, inclusive o dr. Helio-mar Gonçalves de Matos, que ora nomeio curador aos interessados ausentes, e dr. Procurador Regional da República.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

AÇÃO ORDINÁRIA

Processo n. 2586

Autora: Raimunda Carlos Gonçalves (Adv. Dr. Donato Cardoso de Souza).

Réu: Delegado Fiscal do Tesouro Nacional.

Despacho: Faça a postulante de fls. prova do alegado no item 1 da petição de fls. 2, no que tange à sua filiação e o óbito do seu genitor.

Belém, Pa, em 16.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal.

Cont. de Executivos Fiscais Acima mencionados.

Processo n. 2588

Executado: Theobaldo de Brito Farias.

Despacho: Do conteúdo da

certidão de fls. dê-se ciência ao exequente.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Processo n. 2855

Executada: Raimunda C. Couto.

Despacho: Esclareça o postulante de fls. contra quem é proposta a ação.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

Processo n. 2857

Executado: Curtume Gurjão S.A.

Despacho: Idêntico supra.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

AÇÃO PENAL

(Estellionato)

Processo n. 2706

Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Moacir B. Dias)

Réu: Manoel Augusto Neves de Carvalho.

Despacho: Diante dos termos da certidão de fls., cite-se por meio de edital, com o prazo de quinze dias, designado o dia 7 do mês de agosto vindouro, único desimpedido, às 11:00 horas, para a qualificação e o interrogatório do indiciado, notificado o representante do Ministério Público.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

No Of. N. 1078/70-P. —

Faz-DR/Pará da Delegacia Regional do Pará.

Despacho: — Ao representante do Ministério Público,

para os ulteriores de direito.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

INQUÉRITO POLICIAL N. 10/70—DR/PA.

Processo n. 2678

Despacho: Defiro o pedido de fls. Concedo o prazo de sessenta (60) dias, em prorrogação, para a complementação das diligências.

Com as cautelas legais, remetam-se os autos à autoridade policial.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

NO OF. N. 1080/70-PI DR/PA.

Despacho: N.A. Sim. Concedo o prazo de sessenta (60) dias, em prorrogação, para a complementação das diligências.

Com as cautelas legais, remetam-se os autos à autoridade policial.

Belém, Pa, em 16.7.70. —

a) A. Santiago — Juiz Federal.

NAS CINCO (5) Petições da União Federal sobre decisões recorridas Ref.: ns. : 2428 —

2800 — 2802 — 2822 e 2824, do Procurador Subst. Moacir Bernardino Dias.

NAS PETIÇÕES de Adalberto Gomes Fernandes (Adv. Ruy Barata) e Claudionor Vieira.

NOS OFÍCIOS de Ns.: 671 e 672/ECT — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

NO OFÍCIO DE N. 1.900/70 — INI/SEC. do Departamento de Polícia Federal.

Despacho: N.A. Conclusos.

Belém, Pa, em 16.07.70. —

a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

(G. — Reg. n. 11.546)

Juiz Federal

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago

Juiz Federal Substituto

Dr. Aristides Porto de Medeiros

Chefe de Secretaria em Exercício

José Aguiar Barroso

Boletim da Justiça Federal n. 126. Expediente do dia 17.7.70

Nos Ofícios dos Bancos do Nacional do Norte S.A. de Minas Gerais S.A. do Estado do Pará S.A. — Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S.A. — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e Banco do Brasil S.A.

Ref. Ofícios ns. 852 e 863/70 — deste Juiz.

Despacho: Junte-se aos autos.

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal.

Nos Offícios de ns. 933 e 934 e na Petição do Sanatório Barros Barreto do Ministério da Saúde e os offícios e da Campanha de Erradicação da Malária

Despacho: Junte-se aos autos.

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal

Nas Petições de Amazônia Técnica S.A. — Amazontec e Abel Corrêa Guimarães vêm solicitar a este Juízo uma Certidão Negativa.

Despacho: Certifique-se o que se constar, pagas as custas pelo Suplente.

A Secretaria.

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal.

Ação Executiva

Processo n. 252

Exequente: A SUDAM (Adv. dr. Antonio Cândido Monteiro de Brito)

Executado: Maranhão Oleos Vegetais Limitada — Estado do Maranhão

Despacho: Comunique-se por telegrama, ao MM. Juiz deprecado a intimação da exequente para os efeitos do art. 710 do Cód. de Proc. Civil.

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal.

No Of. n. 1097/70. SPMAR — DR/PARÁ

Despacho: Ao gr. Procurador Regional da República, para os ulteriores de direito

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal

Pedido de Providências

Processo n. 2760

Requerente: Alberto Valente do Couto

Despacho: Informe o postulante de fls. 2 qual a garantia de sua confiança para a guarda e controle do veículo referenciado às fls.

Belém, Pará, em 17.7.70. a) A. Santiago — Juiz Federal.

Executivos Fiscais

Exequente: O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (Advgs. Drs. Luiz C. Noura e Arthur Q. Ferreira)

Processo n. 343

Executado: Raimundo Cunha da Silva

Despacho: A avaliação.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Processo n. 2072

Executado Américo Augusto de Alencar

Despacho: A avaliação.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Processo n. 2076

Executado: Indústria e Comércio Luzitana Ltda.

Despacho: A avaliação

Exequente: A União Federal (Adv. em exercício Moacyr B. Dias)

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Processo n. 2435

Executado: Carimbos de Borracha Comércio e Indústria (CABOCIL) Advga. Dra. Terezinha Pontes Moraes)

Despacho: Sobre o cálculo de fls. digam os interessados.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Pedido de Transferência de Prêso

Processo n. 2829

Requerente: José Odival Alcântara (Stênio R. do Carmo — advg.)

Despacho: Pagas as custas deste processo, conclusos.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Consignação em Pagamentos

Processo n. 919

Exequente: A Companhia Brasileira de Alimentos (Adv. dr. Walter Negrão Guimarães)

Executado: Manoel Pinto da Silva

Despacho: 1. A autora está isenta do pagamento das custas por se tratar de autarquia federal.

2. Arquivar-se.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Comunicação de Prisão

Processo n. 2743

Despacho: Contados, preparados, conclusos.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Reintegração de Posse

Processo n. 112

Autora: A SUDAM (Adv. Odacyl Catete)

Réu: Construtora Gualo S.A. e Freire Rocha Engenharia S.A. (Adv. Dr. Felipe M. Filho)

Despacho: 1. A assinatura do profissional que subscreveu o substabelecimento da

procuração de fls. 97 não está

reconhecida por tabelião supra a postulante de fls. 104

a falta ora apontada no prazo de três (3) dias, que ora lhe concedo.

2. Conclusos.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Reclamações Trabalhistas

Processo n. 2553

Reclamante: Beznara Apib Antun Neto

Reclamada: Campanha de Erradicação da Malária

Despacho: Junte-se um offício por mim despachado nesta data. A Secretaria.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Processo n. 2641

Reclamante: Orlando Andrade da Silva

Reclamado: A União Federal (C.E.M.)

Despacho: A Secretaria para ser junto um offício por mim despachado nesta data.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Apelação Cível

(T.F. R. n. 23762)

Recorrente: Juízo da 3a. Vara Faz. Federal.

Apelantes: J.A. P. FESP e Estrada de Ferro Tocantins.

Apelado: Os mesmos.

Despacho: Cumpra-se o venerando Acórdão.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Processo n. 227 (S.T.F., Agravo de Instrumento)

Agravante: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

Agravada: Raimunda Lopes de Barros

Despacho: Sobre o cálculo de fls. digam os interessados.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Agravo de Petição

(T.F. R. n. 28672)

Recorrente: Juízo Federal do Estado

Agravado: Almir da Silva Lopes.

Despacho: Dê-se ciência e arquivar-se.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Mandado de Segurança

(T. F. R. n. 53954)

Agravados: Carmem Dolores Henrique Carlinhos e outros.

Agravante: Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará

Despacho: Dê-se ciência e arquivar-se feito o tombamento do processo.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Crime de Contrabando ou Descaminho

Processo n. 2830

Autora: A Justiça Pública (Adv. Subst. Moacyr B. Dias)

Réus: João dos Santos e outros.

Despacho: 1. Recebo a denúncia de fls. Citem-se. Designo o dia 2 do mês de outubro vindouro, único desimpedido, às 9.00 horas, para a qualificação e o interrogatório dos acusados, notificado o representante do Ministério Público.

2. Cumpra-se o disposto no art. 6, item VIII e IX, do Cód. de Proc. Penal, para o que oficiem-se ao Ilmo. Sr. Cel. Delegado Regional de Polícia Federal.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Executivos Fiscais

Exequente: O I.N.P.S. (Adv. Dr. Tabajara P. de Vasconcelos)

Processo n. 2004

Executado: Corama Ferragens S.A.

Despacho: Deixando de atender ao determinado mandado de fls. 13, o sr. Ocyr de Jesus Moraes Proença — representante legal da Executada — praticou o crime de desobediência, tipificado no art. 330 do Código Penal, pelo que ordeno a remessa de cópias das peças de fls. 2, 8 e verso, 12, e 13 e verso 14 à Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal, para a instauração do competente inquérito policial.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Mandado de Segurança

(T. F. R. n. 53954)

Agravados: Carmem Dolores Henrique Carlinhos e outros.

Agravante: Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará

Despacho: Dê-se ciência e arquivar-se feito o tombamento do processo.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Crime de Contrabando ou Descaminho

Processo n. 2830

Autora: A Justiça Pública (Adv. Subst. Moacyr B. Dias)

Réus: João dos Santos e outros.

Despacho: 1. Recebo a denúncia de fls. Citem-se. Designo o dia 2 do mês de outubro vindouro, único desimpedido, às 9.00 horas, para a qualificação e o interrogatório dos acusados, notificado o representante do Ministério Público.

2. Cumpra-se o disposto no art. 6, item VIII e IX, do Cód. de Proc. Penal, para o que oficiem-se ao Ilmo. Sr. Cel. Delegado Regional de Polícia Federal.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Executivos Fiscais

Exequente: O I.N.P.S. (Adv. Dr. Tabajara P. de Vasconcelos)

Processo n. 2004

Executado: Corama Ferragens S.A.

Despacho: Deixando de atender ao determinado mandado de fls. 13, o sr. Ocyr de Jesus Moraes Proença — representante legal da Executada — praticou o crime de desobediência, tipificado no art. 330 do Código Penal, pelo que ordeno a remessa de cópias das peças de fls. 2, 8 e verso, 12, e 13 e verso 14 à Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal, para a instauração do competente inquérito policial.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Mandado de Segurança

(T. F. R. n. 53954)

Agravados: Carmem Dolores Henrique Carlinhos e outros.

Agravante: Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará

Despacho: Dê-se ciência e arquivar-se feito o tombamento do processo.

Belém, Pará, em 17.7.70. a)

A. Santiago — Juiz Federal. Crime de Contrabando ou Descaminho

Processo n. 2830

Autora: A Justiça Pública (Adv. Subst. Moacyr B. Dias)

Réus: João dos Santos e outros.

Despacho: 1. Recebo a denúncia de fls. Citem-se. Designo o dia 2 do mês de outubro vindouro, único desimpedido, às 9.00 horas, para a qualificação e o interrogatório dos acusados, notificado o representante do Ministério Público.

2. Cumpra-se o disposto no art. 6, item VIII e IX, do Cód. de Proc. Penal, para o que oficiem-se ao Ilmo. Sr. Cel. Delegado Regional de Polícia Federal.